(Resol. 01/72 de 29.09.72)

# P-R-O-J-E-T-O  D-E  R-E-S-O-L-U-Ç-Ã-O

## Nº. 01/72.-

Dispõe sôbre o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Toledo, Estado do Paraná.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada em de de 1.972 aprovou, e ela promulga a seguinte

## R-E-S-O-L-U-Ç-Ã-O :

### TÍTULO I
### Da Câmara Municipal
### CAPÍTULO I
### Disposições Preliminares

Art. 1º. - A Câmara Municipal é o órgão legislativo do Município e se compõe de Vereadores eleitps de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º. - A Câmara tem funções legislativas, atribuições para fiscalizar e assessorar o Executivo e competência para organizar e dirigir os seus serviços internos.

§ 1º. - A função legislativa consiste em elaborar leis sôbre todas as matérias de competência do Município (Constituição do Brasil, art. 15, II).

§ 2º. - A função de fiscalização e controle é de caráter político-administrativo e se exerce apenas sôbre o Prefeito, Secretários da Prefeitura, Diretores de Departamento da Municipalidade e Vereadores.

§ 3º. - A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interêsse público ao Executivo, mediante indicações.

§ 4º. - A função administrativa é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

§ 5º. - A Câmara exercerá suas funções com independência e harmonia, em relação ao Executivo, deliberando sôbre todas as matérias de sua competência, na forma dos §§ 1º. e 2º. do artigo 69 deste Regimento.

§ 6º. - Na constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos que participem da respectiva Câmara.

§ 7º. - Não poderá ser realizada mais de uma sessão ordinária por dia, quando o mandato for remunerado.

§ 8º. - Não será autorizada a publicação de pronunciamentos que envolverem ofensas às Instituições Nacionais, propaganda de guerra, de subversão da ordem política ou social, de preconceito de raça, de religião ou de classe, configurarem crimes contra a honra ou contiverem incitamento à prática de crimes de qualquer natureza.

§ 9º. - A Mesa da Câmara encaminhará, por intermédio do Prefeito, sòmente os pedidos de informação sôbre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sôbre fato sujeito à fiscalização da respectiva Câmara de Vereadores.

§ 10 . - Não será de qualquer modo subvencionada viagem de Vereador ao exterior, salvo no desempenho de missão temporária, de caráter estritamente funcional, mediante prévia designação do Prefeito e concessão de licença da Câmara.

Art. 3º. - A Câmara Municipal tem sua sede no Edifício próprio do Sindicato Rural de Toledo, sito à rua Sete de Setembro, nº. 1.099, em Toledo, Estado do Paraná.

§ 1º. - Rëputam-se nulas as sessões da Câmara realizadas fora de sua sede, com exceção das sessões solenes ou comemorativas.

§ 2º. - Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou por outras causas que impeça a sua utilização, a Mesa ou qualquer Vereador solicitará ao Juiz de Direito da Comarca a verificação da ocorrência e a designeção de outro local para a realização das sessões.

§ 3º. - Na sede da Câmara não se realizarão atos estranhos às funções, sem prévia autorização da Mesa, sendo vedada a sua concessão para atos não oficiais.

Art. 4º. - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que :

I - esteja decentemente trajado ;

II - não porte armas ;

III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos ;

IV - não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa em Plenário ;

V - respeite os Vereadores ;

VI - atenda às determinações da Mesa ;

VII - não interpele os Vereadores ;

VIII - não se trata de reunião secreta.

Parágrafo único - pela inobservância destes deveres, poderá a Mesa determinar a retirada, do recinto, de todos ou de qualquer assistente, sem prejuízo de outras medidas.

Art. 5º. - O policiamento do recinto da Câmara compete privativamente à presidência e será feito normalmente por seus funcionários, podendo o Presidente requisitar elementos de corporação civis ou militares para manter a ordem interna.

Art. 6º. - Se no recinto da Câmara for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará a prisão em flagrante, apresentando o infrator à autoridade policial competente, para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente ; se não houver flagrante, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade policial competente, para a instauração de inquérito.

## CAPÍTULO II

## Dos Vereadores

### SEÇÃO I

### Do Exercício do Mandato

Art. 7º. - Os vereadores são agentes políticos investidos no mandato legislativo municipal para uma legislatura, pelo sistema partidário e de representação proporcional, por voto secreto e direto.

Art. 8º. - Compete ao Vereador :

I - participar de todas as discussões e deliberações do Plenário ;

II - votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;

III - apresentar proposições que visem o interesse coletivo ;

IV - concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões ;

V - usar da palavra em defesa ou em oposição às proposições apresentadas à deliberação do Plenário.

Art. 9º. - São obrigações e deveres do Vereador :

I - desincompatibilizar-se e fazer declaração pública de bens, no ato da posse ;

II - exercer as atribuições enumeradas no artigo anterior;

III - comparecer decentemente trajado às Sessões, na hora pré-fixada ;

IV - cumprir os deveres dos cargos para os quais for eleito ou designado ;

V - votar as proposições submetidas à deliberação da Câmara, salvo quando êle próprio, ou parente afim ou consanguíneo, até terceiro grau inclusive, tiver interêsse manifesto na deliberação, sob pena de nulidade da votação quando seu voto for decisivo ;

VI - comportar-se em Plenário com respeito, não conversando em tom que perturbe os trabalhos ;

VII - obedecer às normas regimentais quanto ao uso da palavra.

Parágrafo único - A declaração pública dos bens será arquivada, constando da ata o seu resumo.

Art. 10. - Se qualquer Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as seguintes providências, conforme sua gravidade :

I - advertência pessoal, reservada ;

II - advertência em Plenário ;

III - cassação da palavra ;

IV - determinação para retirar-se do Plenário ;

V - suspensão da Sessão, para entendimento na Sala da Presidência ;

VI - convocação de sessão secreta para a Câmara deliberar a respeito ;

VII - proposta de cassação de mandato, por infração ao disposto no art. 7º., III, do decreto-lei federal nº. 201, de 27 de fevereiro de 1.967.

Art. 11. - O Vereador que seja servidor público da União, do Estado ou do Município, de suas autarquias e de entidades paraestatais só poderá exercer o mandato observadas as normas da legislação pertinente.

Art. 12. - Os Vereadores tomarão posse nos termos do art. 108, § 1º., deste Regimento.

§1º. - Os Vereadores e os suplentes convocados que não comparecerem ao ato da instalação serão empossados pelo Presidente da Câmara, no expediente da primeira sessão a que comparecerem, após a apresentação do respectivo diploma.

§ 2º. - A recusa do Vereador ou do suplente em tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo legal, declarar extinto o mandato e convocar o suplente.

§ 3º. - Verificadas as condições de existência de vaga de Vereador, a apresentação do diploma e a demonstração de identidade, cumpridas as exigências do inciso I do art. 9º. do presente Regimento, não poderá o Presidente negar posse ao suplente, sob nenhuma alegação, salvo os casos de vedação legal.

Art. 13. - O Vereador poderá licenciar-se por prazo determinado, mediante requerimento dirigido à presidência, nos seguintes casos :

I - para desempenhar funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Município e Prefeito da Capital ;

II - para tratamento de saúde ;

III - para tratar de interêsses particulares.

§ 1º. - A aprovação dos pedidos de licença se dará no Expediente das sessões, sem discussão, terá preferência sôbre qualquer outra matéria e será aprovado por maioria simples.

§ 2º. - O Vereador licenciado nos termos do art. 13, ítens I, II e III, pode reassumir a Vereança a qualquer tempo.

a) - nos casos do ítem I, quando cessar de exercer a função da qual estava investido ;

b) - nos casos dos ítens II e III, quando assim o pretender.

§ 3º. - Dar-se-á a convocação de suplente apenas no caso de vaga em virtude de morte, renúncia, investidura de Vereador nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Município ou Prefeito da Capital, perda ou extinção do mandato, estes nos termos da legislação federal pertinente.

§ 4º. - O suplente de Vereador para licenciar-se precisa antes assumir e estar no exercício do mandato.

Art. 14. - O Vereador investido nas funções de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário de Município ou Prefeito da Capital, não perderá o mandato, considerando-se automàticamente licencia

do.

Parágrafo único - a concessão automática de licença prevista neste artigo, não elimina a necessidade de notificação por escrito, ao Legislativo, pelo Vereador licenciado.

Art. 15. - A suspensão dos direitos políticos de Vereador, enquanto perdurar, acarretará a suspensão do exercício do mandato.

## SEÇÃO II
## Da Perda do Mandato

Art. 16. - As vagas da Câmara dar-se-ão por extinção ou cassação do mandato.

§ 1º. - Extingue-se o mandato de Vereador e assim será declarado pelo Presidente da Câmara (Decreto-Lei nº. 201/67, art. 8º.), quando :

I - ocorrer falecimento, renúncia por escrito, cassação dos direitos políticos ou condenação por crime funcional ou eleitoral ;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei ;

III - deixar de comparecer, sem que esteja licenciado, a cinco sessões ordinárias consecutivas, ou a três sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para a apreciação de matéria urgente, de acordo com os arts. 18 e 19 do presente Regimento.

§ 2º. - A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador (Decreto-Lei nº. 201/67, art. 7º.), quando :

I - utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa ;

II - fixar residência fora do Município ;

III - proceder de modo imcompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.

Art. 17. - O processo de cassação do mandato de Vereador, assim como de Prefeito e Vice-Prefeito, nos casos de infração político-administrativas definidas na lei federal, obedecerá ao seguinte rito :

I - a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sôbre a denúncia e de integrar a

Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto' legal, para os atos do processo, e só votará, se necessário, para completar "quorum" de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante ;

II - de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará a sua leitura e consultará' a Câmara sobre o seu recebimento. Decidido o recebi - 'mento , pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão processante, com três Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;

III - recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro de cinco dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de dez (10) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de dez (10). Se estiver ausente do Município, a notificação far-se-á por edital publicado 2 (duas) vêzes no órgão oficial, com intervalo de três (3) dias pelo menos, contando o prazo da primeira publicação. Decorrido o prazo de defesa, a Comissão processante emitirá parecer dentro de cinco (5) = dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário. Se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designará, desde logo, o início da instrução' e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessárias para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas ;

IV - o denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa do seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligências e audiências, bem como formular perguntas e reper

guntas às testemunhas, e requerer o que for de interesse da defesa ;

V - concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas no prazo de 5(cinco) dias, e, após, a Comissão processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão para julgamento. Na sessão de julgamento o processo será lido integralmente e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão menifestar-se verbalmente pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou o seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral ;

VI - concluída a defesa, proceder-se-á tantas votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia . Considerar-se-á afastado definitivamente do cargo, o denunciado que for declarado, pelo voto de 2/3 (dois têrços), pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia . Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar Ata que consigne a votação nominal sôbre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente decreto legislativo de cassação do mandato do denunciado. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo. Em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado ;

VII - o processo a que se refere este artigo deverá estar concluido dentro de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sôbre os mesmos fatos.

Art. 18.- Consideram-se sessões ordinárias as que se realizam de acordo com o que prescreve o art. 111 deste Regimento, computando-se a ausência dos Vereadores mesmo que, por falta de número, as sessões não se realizem.

§ 1º. - As sessões solenes, convocadas pelo Presidente da Câmara, não são consideradas sessões ordinárias, para o efeito do disposto no artigo 8º., III, do Decreto-Lei nº. 201/67.

§ 2º. - Se durante o período de cinco sessões ordinárias houver uma sessão solene convocada pelo Presidente da Câmara, ou uma sessão extraordinária convocada pelo Prefeito Municipal e a elas comparecer o Vereador faltante, isso não elimina as faltas às sessões ordinárias, nem interrompe a sua contagem, ficando o faltoso sujeito à extinção do seu mandato, se completar as cinco sessões ordinárias consecutivas, computadas às anteriores à sessão solene ou extraordinária a que compareceu.

Art. 19. - Para efeito de extinção de mandato, sòmente serão consideradas as sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito para apreciação de matéria urgente. Se a sessão extraordinária não for convocada pelo Prefeito, não será contada para o efeito de extinção do mandato do Vereador faltoso, nos termos do citado art. 8º., III, do Decreto-Lei nº. 201/67. Mesmo que a sessão extraordinária tenha sido convocada pelo Prefeito, não deverá ser computada, para aquele efeito, se a convocação não teve em vista a apreciação de matéria urgente, assim declarada na convocação.

Parágrafo único - para efeito do que dispõe este artigo, não serão computadas as sessões extraordinárias convocadas pelo Prefeito durante os períodos de recesso da Câmara Municipal (Lei nº. 5.659 de 08-06-71).

Art. 20. - Para os efeitos dos arts. 18 e 19 deste Regimento, entende-se que o Vereador compareceu às sessões, se efetivamente participou dos seus trabalhos.

Parágrafo único - considera-se não comparecimento, se o Vereador apenas assinou o livro de presença e ausentou-se sem participar da sessão, não apresentando motivo justificável, devendo constar em Ata a hora e a causa do seu afastamento.

Art. 21. - A extinção do mandato se torna efetiva pela só declaração do ato ou fato extintivo pela Presidência, inserido em Ata.

Parágrafo único - o Presidente que deixar de declarar a extinção ficará sujeito às sanções de perda da Presidência e proibição de nova eleição para cargo da Mesa durante a legislatura, nos termod da legislação federal pertinente.

Art. 22. - A renúncia de Vereador far-se-á por ofício dirigido à

Câmara, reputando-se aceita, independentemente de votação, desde que seja lido em sessão pública e conste da Ata.

## CAPÍTULO III

### Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art. 23. - Os serviços administrativos da Câmara serão executados, sob a orientação da Mesa, pela Secretaria da Câmara, que se regerá por um regulamento próprio.

Art. 24. - A exoneração e demais atos de administração do funcionalismo da Câmara competem ao Presidente, de conformidade com a Legislação vigente e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

§ 1º. - A Câmara sòmente poderá admitir servidores mediante concurso público de provas, ou de provas e títulos, após a criação dos cargos respectivos, através de resolução aprovada por maioria absoluta dos membros (Constituição do Brasil, art. 108, § 2º.).

§ 2º. - As resoluções a que se refere o parágrafo anterior serão votadas em duas sessões ordinárias ou extraordinárias, se for o caso, com intervalo mínimo de 48 horas entre elas (Constituição do Brasil, art. 108, § 3º.).

§ 3º. - Sòmente serão admitidas emendas que aumentem de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos em projeto de resolução, que obtenham a assinatura de metade, no mínimo, dos membros da Câmara (Constituição do Brasil, art. 108, § 4º.).

Art. 25. - Poderão os Vereadores interpelar a Mesa sôbre os serviços da secretaria ou sôbre a situação do respectivo pessoal, ou apresentar sugestões sôbre os mesmos, em proposição encaminhada à Mesa, que deliberará sôbre o assunto.

Art. 26. - A correspondência oficial da Câmara será feita por sua secretaria, sob a responsabilidade da Mesa.

Parágrafo único - Nas comunicações sôbre deliberações da Câmara indicar-se-á se a medida foi tomada por unanimidade ou maioria ; não sendo permitido à Mesa e a nenhum Vereador declarar-se voto vencido.

## TÍTULO II

### Dos Órgãos da Câmara

# CAPÍTULO I

## Da Mesa

### SEÇÃO I

### Composição e Atribuições

Art. 27. - A Mesa se compõe do Presidente e do Primeiro-Secretário, e tem competência para dirigir, executar e disciplinar todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

§ 1º. - A Câmara elegerá, juntamente com os membros da Mesa, o Vice-Presidente e o Segundo-Secretário, que substituirão, respectivamente, o Presidente e o Primeiro=Secretário, nas suas faltas e impedimentos ; na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, os Secretários os substituen.

§ 2º. - Ausentes os Secretários, o Presidente convidará qualquer Vereador para assumir os encargos da Secretaria da Mesa.

§ 3º. - Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência dos membros da Mesa e seus substitutos legais, assumirá a Presidência o Vereador mais idoso dentre os presentes, que escolherá entre seus pares um Secretário.

§ 4º. - A Mesa assim composta dirigirá normalmente os trabalhos até o comparecimento de algum membro da Mesa ou de seus substitutos legais.

Art. 28. - As funções dos membros da Mesa cessarão :

I - pela posse da Mesa eleita para o período legislativo seguinte ;

II - pelo término do mandato de Vereador ;

III - pela renúncia apresentada por escrito ;

IV - pela destituição ;

V - pela morte ;

VI - pelos demais casos de extinção ou perda de mandato.

Art. 29. - Os membros da Mesa podem ser destituídos e afastados dos cargos por irregularidades apuradas pelas Comissões a que se refere o art. 63 deste Regimento.

Parágrafo único - A destituição dos Membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, dependerá de resolução aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara, assegurado o direito de defesa e observado, no que couber, o disposto nos arts. 17 e seguintes deste Regimento, devendo a representação ser subscrita obrigatoriamente por Ve

reador.

Art. 30. - A Mesa da Câmara, excluída a sessão de posse, será eleita na última sessão ordinária do período legislativo.

§ 1º. - O período legislativo tem a duração de dois anos a partir do 1º. dia de cada legislatura.

§ 2º. - Na hipótese de não se realizar a sessão, ou a eleição, o Presidente convocará, obrigatoriamente, tantas sessões extraordinárias sem remuneração quantas forem necessárias, com intervalo de 3 (três) dias uma da outra, até eleição e posse da Nova Mesa.

Art. 31. - A eleição da Mesa será feita por maioria simples, presentes pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara, excluída, neste caso, a sessão de instalação (Art. 108 deste Regimento).

§ 1º. - A votação será secreta, mediante cédulas impressas, mimiografadas ou datilografadas, as quais deverão indicar os nomes dos candidatos e respectivos cargos e serão pré-rubricadas pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário

§ 2º. - O Presidente em exercício tem direito a voto.

§ 3º. - O Presidente em exercício encaminhará a votação de acordo com a ordem determinada pelo livro de presença.

§ 4º. - Terminada a votação, o Presidente designará uma Comissão de 3 (três) Vereadores de bancadas diferentes para a apuração dos resultados.

§ 5º. - O Presidente em exercício proclamará os resultados e em seguida dará posse à Mesa eleita.

§ 6º. - Não é permitida a reeleição dos membros da Mesa.

Art. 32. - Vagando-se qualquer cargo da Mesa, será realizada eleição para o seu preenchimento, no expediente da primeira sessão ordinária seguinte à verificação da vaga.

Parágrafo único - Em caso de renúncia total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição na sessão imediata àquela em que se deu a renúncia, sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

Art. 33. - Os membros da Mesa, em exercício, (Presidente e Secretário) não poderão fazer parte das Comissões Permanentes.

Art. 34. - Além das atribuições consignadas neste Regimento, ou dele explicitamente resultantes, competa à Mesa a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, especialmente :

I - propor privativamente à Câmara a criação de cargos e

funções necessários aos serviços administrativos, assim como a fixação dos respectivos vencimentos, obedecido o princípio da paridade ;

II - propor créditos e verbas necessários ao funcionamento da Câmara e de seus serviços ;

III - tomar providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos ;

IV - propor alterações do Regimento Interno da Câmara ;

V - encaminhar as contas anuais da Mesa ao Tribunal competente ou órgão estadual incumbido de tal fim ;

VI - orientar os serviços da Secretaria da Câmara e elaborar o seu Regimento.

Parágrafo único :- Os membros da Mesa reunir-se-ão pelo menos mensalmente, a fim de deliberar sôbre todos os assuntos da Câmara sujeitos ao seu exame.

## SEÇÃO II
## Do Presidente

Art. 35. - O Presidente é o representante legal da Câmara nas suas relações externas, cabendo-lhe as funções administrativas e diretivas de todas as atividades internas, competindo-lhe privativamente:

I - quanto às atividades legislativas :

a ) comunicar os Vereadores, com antecedência, a convocação de sessões extraordinárias, sob pena de responsabilidade ;

b ) determinar, por requerimento do autor, a retirada de proposição que ainda não tenha parecer da Comissão ou, em havendo, lhe for contrário ;

c) não aceitar substitutivo ou emenda que não sejam pertinentes à proposição inicial ;

d ) declarar prejudicada a proposição, em face da rejeição ou aprovação de outras com o mesmo objetivo ;

e ) autorizar o desarquivamento de proposições ;

f ) expedir os projetos às Comissões e incluí-los na pauta ;

g ) zelar pelos prazos do processo legislativo, bem

como dos concedidos às Comissões e ao Prefeito ;

h ) nomear os membros das Comissões especiais criadas por deliberação da Câmara e designar-lhe substitutos ;

i ) declarar a perda de lugar de membro das Comissões quando incidirem no número de faltas previsto no art. 47, § 2º.

II - quanto às sessões :

a ) convocar, presidir, abrir, encerrar, suspender e prorrogar as sessões, observando e fazendo observar as normas legais vigentes e as determinações do presente Regimento ;

b ) determinar ao Secretário a leitura da Ata e das comunicações que entender convenientes ;

c ) determinar de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença ;

d ) declarar a hora destinada ao Expediente ou à Ordem do Dia e os prazos facultados aos oradores ;

e ) anunciar a Ordem do Dia e submeter a discussão e votação a matéria dela constantes ;

f ) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos do Regimento, e não permitir divagações ou apartes estranhos ao assunto em discussão ;

g ) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou falar sem o respeito devido à Câmara ou a qualquer de seus membros, advertindo-o, chamando-o à Ordem, e, em caso de insistência, cassando-lhe a palavra, podendo, ainda, suspender a sessão, quando não atendido e as circunstâncias o exigirem ;

h ) chamar a atenção do orador, quando se esgotar o tempo a que tem direito ;

i ) estabelecer o ponto da questão a qual devam ser feitas as votações ;

j ) anunciar o que se tenha de discutir ou votar e dar o resultado das votações ;

l ) anotar em cada documento a decisão do Plenário ;

m ) resolver sôbre os requerimentos que por este Regimento forem de sua alçada ;

n ) resolver, soberanamente, qualquer questão de ordem, ou submetê-la ao Plenário, quando omisso o Regimento ;

o ) mandar anotar em livro próprio os precedentes regimentais, para a solução dos casos análogos ;

p ) manter a ordem no recinto da Câmara, advertindo os assistentes, mandar evacuar o recinto, podendo solicitar a força necessária para êsses fins ;

q ) anunciar o término das sessões, convocando, antes a sessão seguinte ;

r ) organizar a Ordem do Dia da sessão subsequente .

III - quanto à administração da Câmara Municipal :

a ) nomear, exonerar, promover, remover, admitir, suspender e demitir funcionários da Câmara, conceder lhes férias, licenças, abonos de faltas, aposentadoria e acréscimo de vencimentos determinados por lei e promover-lhes a responsabilidade administrativa, civil e criminal ;

b ) superintender o serviço da secretaria da Câmara , autorizar, nos limites do orçamento, as suas despesas e requisitar o numerário ao Executivo ;

c ) apresentar ao Plenário, até o dia vinte (20) de cada mês, o balancete relativo às verbas recebidas e as despesas do mês anterior ;

d ) proceder às licitações para compras, obras e serviços da Câmara, de acordo com a legislação federal pertinente ;

e ) determinar a abertura de sindicâncias e inquéritos administrativos ;

f ) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara e de sua Secretaria ;

g ) providenciar, nos termos da Constituição do Brasil, a expedição de certidões que lhe forem solicitadas, relativas a despachos, atos ou informações a que os mesmos, expressamente, se referiram (Constituição do Brasil, art. 153, § 30.) ;

h ) fazer, ao fim de sua gestão, relatórios dos trabalhos da Câmara.

IV - quanto às relações externas da Câmara :

a ) dar audiência públicas na Câmara em dias e horas pré-fixadas ;

b ) superintender e censurar a publicação dos trabalhos da Câmara, não permitindo expressões vedadas pelo Regimento ;

c ) manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito com o Prefeito e demais autoridades ;

d ) agir judicialmente em nome da Câmara, ad-referendum ou por deliberação do Plenário ;

e ) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações formulados pela Câmara, na forma do art. 2º., § 9º., deste Regimento ;

f ) enceminhar ao Prefeito e aos Secretários Municipais o pedido de convocação para prestar informações ;

g ) dar ciência ao Prefeito em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de responsabilidade, sempre que se tenham esgotados os prazos previstos para a apreciação de projetos do Executivo, sem deliberação da Câmara, ou rejeitados os mesmos na forma regimental ;

h ) promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário.

Art. 36. - Compete, ainda, ao Presidente :

I - executar as deliberações do Plenário ;

II - assinar as atas das sessões, os editais, as portarias e o expediente da Câmara ;

III - dar andamento legal aos recursos interpostos contra atos seus, da Mesa ou da Câmara ;

IV - licenciar-se da Presidência quando precisar ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias ;

V - dar pósse aos Vereadores que não foram empossados no 1º. dia da legislatura e aos suplentes de Vereadores convocados, presidir a sessão de eleição da Mesa do

período legislativo seguinte e dar-lhe posse ;

VI - declarar extinto o mandato do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores nos casos previstos em Lei ;

VII - substituir o Prefeito e o Vice-Prefeito, na falta de ambos, completando o seu mandato, ou até que se realizem novas eleições, nos termos da legislação pertinente.

Art. 37. - O Presidente votará nos seguintes casos :

I - na eleição da Mesa ;

II - nas votações secretas ;

III - quando a matéria exigir "quorum" de 2/3 (dois terços) dos membros de Câmara ;

IV - quando houver empate.

Art. 38. - Ao Presidente é facultado o direito de apresentar proposições à consideração do Plenário, mas para discutí-las deverá afastar-se da Presidência, enquanto se tratar do assunto proposto.

Art. 39. - Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhes são atribuídas neste Regimento, qualquer Vereador poderá reclamar sôbre o fato, cabendo-lhe recurso do ato ao Plenário.

§ 1º. - O Presidente deverá cumprir a decisão soberana do Plenário, sob pena de destituição.

§ 2º. - O recurso seguirá a tramitação indicada no art. 198.. deste Regimento.

Art. 40. - O Vereador no exercício da Presidência, estando com a palavra, não poderá ser interrompido ou aparteado.

Art. 41. - Nos casos de licença, impedimento ou ausência do Município por mais de quinze (15) dias, o Vice-Presidente ficará investido na plenitude das funções da Presidência.

## SEÇÃO III
## Do Secretário

Art. 42. - Compete ao Primeiro-Secretário :

I - Fazer a chamada dos Vereadores ao abrir a sessão, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que compareceram e os que faltaram, sem causa justificada ou não, e outras ocorrências sôbre o assunto, assim como encerrar o livro de presença no final da sessão;

II - fazer a chamada dos Vereadores nas outras ocasiões determinadas pelo Presidente ;

III - ler a ata em todo o início de Sessão ou sempre que a leitura for requerida e aprovada ; ler o Expediente do Prefeito e de diversos, bem como as proposições e demais papéis que devam ser de conhecimento da Câmara ;

IV - fazer a inscrição de oradores ;

V - superintender a redação da Ata, resumindo os trabalhos da sessão, e assiná-la juntamente com o Presidente ;

VI - redigir e transcrever as atas das sessões secretas ;

VII - assinar com o Presidente os atos da Mesa e as resoluções da Câmara ;

VIII - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observer o Regulamento (art. 23 dests Regimento).

Art. 43. - Compete ao Segundo-Secretário substituir o Primeiro - Secretário nas suas licenças, impedimentos é ausências.

## CAPÍTULO II
## Das Comissões

Art. 44. - As Comissões são órgãos técnicos constituídos pelos próprios membros da Câmara, destinados, em caráter permanente ou transitório, a proceder estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Legislativo.

Parágrafo único - As Comissões da Câmara são de três espécies : Permanentes, Especiais e de Representação.

Art. 45. - As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar os assuntos submetidos ao seu exame, manifestar sôbre eles a sua opinião e preparar, por iniciativa prórpia ou indicação do Plenário, projetos de lei atinentes à sua especialidade.

Parágrafo único - As Comissões Permanentes são 5 (cinco), compostas cada uma de 3 (três) Vereadores, com as seguintes denominações :

I - Legislação, Justiça e Redação ;

II - Finanças e Orçamentos ;

III - Obras e Serviços Públicos ;

IV - Cultura e Assistência Social ;

V - Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 46. - A eleição das Comissões Permanentes será feita por maioria simples, em escrutínio secreto, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais idoso dos Vereadores.

§ 1º. - As normas e o ritual para eleição das Comissões permanentes, serão os mesmos estabelecidos nos §§ 1º., 2º., 3º. e 4º. do art. 31 deste Regimento.

§ 2º. - O Presidente em exercício proclamará os resultados e em seguida dará posse à Comissão eleita.

§ 3º. - Não podem ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes.

§ 4º. - O mesmo Vereador não pode ser eleito para mais de 3 (três) Comissões.

§ 5º. - A eleição será realizada na hora do Expediente da primeira sessão do início de cada período legislativo, logo após a discussão e votação da Ata.

Art. 47. - As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para eleger os respectivos Presidentes e Secretários e deliberar sôbre os dias de reunião e ordem dos trabalhos, deliberações essas que serão consignadas em livro próprio.

§ 1º. - o Presidente da Comissão substitui o Secretário e a este o terceiro membro da Comissão.

§ 2º. - Os membros das Comissões serão destituídos se não comparecerem a 5 (cinco) reunião ordinárias consecutivas.

Art. 48. - Nos casos de vaga, licença ou impedimento dos membros da Comissão, caberá ao Presidente da Câmara a designação do substituto, escolhido, sempre que possível, dentro da mesma legenda partidária.

Art. 49. - Compete aos Presidentes das Comissões :

I - determinar o dia de reunião da Comissão, dando ciência disso à Mesa ;

II - convocar reuniões extraordinárias da Comissão ;

III - presidir as reuniões e zelar pela ordem dos trabalhos;

IV - receber a matéria destinada à Comissão e designar-lhe Relator, que poderá ser o próprio Presidente ;

V - zelar pela observância dos prazos concedidos à Comis

são ;

VI - representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário.

§ 1º. - O Presidente poderá funcionar como Relator e terá sempre direito a voto.

§ 2º. - Dos atos do Presidente cabe, a qualquer membros da Comissão, o recurso ao Plenário.

Art. 50. - Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, manifestar-se sôbre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, quando solicitado o seu parecer por imposição regimental ou por deliberação do Plenário.

§ 1º. - É ogrigatória a audiência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação sôbre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que explìcitamente tiverem outro destino por este Regimento.

§ 2º. - Concluindo a Comissão de Legislação, Justiça e Redação pela ilegalidade ou inconstitucionalidade de um projeto, deve o parecer vir a Plenário para ser discutido e, sòmente quando rejeitado, prosseguirá o processo.

Art. 51. - Compete à Comissão de Finanças e Orçamentos emitir parecer sôbre todos os assuntos de caráter financeiro, e especialemente sôbre :

I - a proposta orçamentária ;

II - a prestação de contas do Prefeito e da Mesa da Câmara ;

III - as proposições referentes a matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos e as que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público ;

IV - os balancetes e balanços da Prefeitura e da Mesa, para acompanher o andamento das despesas públicas ;

V - as proposições que fixem os vencimentos do funcionalismo e os subsídios e a verba de representação do Prefeito, Vice-Prefeito, Sub-Prefeito e dos Vereadores, quando for o caso.

§ 1º. - Compete ainda à Comissão de Finanças e Orçamentos :

I - apresentar, no 2º. trimestre do último ano de cada legislatura, projeto de decreto legislativo fixando os subsídios e a verba de representação do Prefeito e, se for o caso, do Vice-Prefeito, Subprefeitos e Vereadores, para vigorar na legislatura seguinte ;

II - zelar para que nenhuma lei emanada da Câmara seja criado encargo ao erário municipal, sem que se tenha especifiquem os recursos necessários à sua execução.

§ 2º. - É obrigatório o parecer da Comissão de Finanças e Orçamentos sôbre as matérias citadas neste artigo em seus incisos I a V, não podendo ser submetidas à discusão e votação do Plenário sem o parecer da Comissão, ressalvado o disposto no § 4º. do art. 56.

Art. 52. - Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos emitir parecer sôbre todos os projetos atinentes à realização de obras e serviços pelo Município, autarquias, entidades paraestatais e concessionárias de serviços públicos de âmbito Municipal.

Parágrafo único - à Comissão de Obras e Serviços Públicos compete, também, fiscalizar a execução do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado.

Art. 53. - Compete à Comissão de Cultura e Assitência Social emitir parecer sôbre os projetos referentes à educação, ensino, e artes, ao patrimônio histórico, aos esportes, à higiene e saúde pública, e às obras assistenciais.

Art. 54. - Compete à Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, emitir parecer sôbre matérias que envolvam os serviços públicos dirigidos por concessionários ou empresas particulares e oferecer estudos relacionados com Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 55. - Ao Presidente da Câmara incumbe, dentro do prazo improrrogável de três (3) dias, a contar da data da leitura das proposições no Expediente, encaminhá-las às Comissões competentes para exararem o respectivo parecer.

Parágrafo único - Tratando-se de projeto de iniciativa do Prefeito, para o quál tenha sido solicitado urgência, a matéria será apresentada ao Plenário, que a aceitará ou não e, se aceita, será enviada às Comissões na mesma Sessão.

I - aceita a urgência e distribuída a matéria às Comissões, o projeto tramitará em regime de urgência, determinando o Presidente da Câmara, o prazo para emiti

rem parecer, o qual, forçosamente, dará entrada na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Art. 56. - As Comissões terão o prazo de 7 (sete) dias para emitirem o parecer às proposições, podendo este prazo ser prorrogado por igual tempo, por solicitação escrita do Presidente da Comissão à Mesa.

§ 1º. - O Presidente da Comissão terá o prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas para designar o Relator, a contar da data do despacho do Presidente da Câmara.

§ 2º. - O Relator designado terá o prazo de 4 (quatro) dias para a apresentação do parecer à Comissão, podendo este prazo ser prorrogado, a pedido do Relator, por tempo determinado pelo Presidente da Comissão, desde que seja satisfeito o expresso no corpo deste artigo.

§ 3º. - Findo o prazo, sem que o parecer seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá parecer.

§ 4º. - Findo o prazo, sem que a Comissão designada tenha emitido o seu parecer, o Presidente da Câmara designará um Comissão Especial de 3 (três) membros para exarar parecer dentro do prazo improrrogável de 6 (seis) dias.

§ 5º. - Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, a matéria será incluída na Ordem do Dia, para deliberação, com ou sem parecer.

§ 6º. - Não se aplicam os dispositivos deste artigo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a Redação Final (art. 171 do Regimento).

§ 7º. - Tratando-se de projeto de codificação, serão triplicados os prazos constantes deste artigo e seus parágrafos 1º. a 6º.

Art. 57. - O Parecer da Comissão a que for submetida a proposição concluirá, sugerindo a sua adoção ou a sua rejeição, as emendas ou substitutivos que julgar necessários ; quando o parecer for pela aceitação, não precisará ser discutido nem votado.

Parágrafo único - Sempre que o parecer da Comissão concluir pela rejeição da proposição, deverá o Plenário deliberar primeiro sôbre o parecer, antes de entrar na consideração do projeto.

Art. 58. - O parecer da Comissão deverá, obrigatòriamente, ser assinado por todos os seus membros ou, pelo menos, pela maioria, devendo o voto vencido ser apresentado em separado, indicando a restri-

ção feita, não podendo os membros da Comissão, sob pena de responsabilidade, deixar de subscrever os pareceres.

Art. 59. - No exercício de suas atribuições, as Comissões poderão convocar pessoas interessadas, tomar depoimentos, solicitar informações e documentos e proceder a todas as diligências que julgarem necessárias ao esclarecimento do assunto.

Art. 60. - Poderão as Comissões requisitar do Prefeito, por intermédio do Presidente da Câmara, e independentemente de discussão e votação, todas as informações que julgarem necessárias, ainda que não se refiram às proposições entregues à sua apreciação, desde que o assunto seja de especialidade da Comissão.

§ 1º. - Sempre que a Comissão solicitar informações do Prefeito, fica interrompido o prazo a que se refere o art. 56 até o máximo de 30 (trinta) dias, findo o qual deverá a Comissão exarar o seu parecer.

§ 2º. - Quando se tratar de projeto em que foi pedido urgência, o Presidente da Câmara deligenciará junto ao Prefeito para que as informações solicitadas sejam prontamente atendidas ; neste caso, caberá à Comissão exarar parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após recebidas as informações.

Art. 61. - As Comissões da Câmara tem livre acesso às dependências, arquivos, livros, papéis das repartições municipais, solicitado, pelo Presidente da Câmara, ao Prefeito, que não poderá obstar.

Art. 62. - As Comissões especiais serão constituídas a requerimento escrito e apresentado por qualquer Vereador, durante o Expediente, e terão suas finalidades especificadas no requerimento que as constituírem, cessando suas funções quando finalizadas as deliberações sôbre o objeto proposto.

§ 1º. - As Comissões Especiais serão compostas de 3 (três) membros, salvo expressa deliberação em contrário da Câmara.

§ 2º. - Cabe ao Presidente da Câmara designar os Vereadores que devam constituir as Comissões, observadas as disposições partidárias.

§ 3º. - As Comissões Especiais tem prazo determinado para apresentar relatório de seus trabalhos, marcado pelo próprio requerimento de constituição ou pelo Presidente.

§ 4º. - É vedada a criação de mais de 3 (três) Comissões Especiais concomitantemente, salvo deliberação da maioria absoluta dos

membros da Câmara.

Art. 63. - A Câmara criará Comissões especiais de inquérito, por prazo certo e sôbre fato determinado, que se inclua na competência municipal, mediante requerimento de 1/3 (um têrço) de seus membros.

Art. 64. - As Comissões de representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter social, por designação da Mesa ou a requerimento de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Art. 65. - O Presidente designará uma Comissão de Vereadores para receber e introduzir no Plenário nos dias de sessão, os visitantes oficiais.

Parágrafo único - Um Vereador, especialmente designado pelo Presidente, fará a saudação oficial ao visitante, que poderá discursar para respondê-la.

## CAPÍTULO III
## Do Plenário

Art. 66. - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º. - O local é o recinto da sede da Câmara.

§ 2º. - A forma legal para deliberar é a Sessão regida pelos capítulos referentes à matéria, neste Regimento.

§ 3º. - O número é o "quorum" determinado em lei ou no Regimento para a realização das sessões e para as deliberação ordinárias e especiais.

Art. 67. - As deliberações do Plenário serão tomadas por maioria simples, por maioria absoluta ou por maioria de 2/3 (dois têrços), conforme as determinações legais e regimentais, expressas em cada caso.

Parágrafo único - Sempre que não houver determinações expressa, as deliberação serão por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 68. - Líderes são os Vereadores escolhidos pelas representações partidárias e sublegendas para expressar em Plenário, em nome delas, o seu ponto de vista sôbre assuntos em debate.

§ 1º. - Na ausência dos líderes ou por determinação destes, fa

larão os vice-líderes.

§ 2º. - Os partidos e as sublegendas, comunicarão à Mesa os nomes de seus líderes e vice-líderes.

Art. 69. - Ao Plenário cabe deliberar sôbre todas as matérias de competência da Câmara Municipal.

§ 1º. - Compete à Câmara Municipal legislar, com sanção do Prefeito e respeitadas as normas quanto a iniciativa, sôbre todas as matérias de peculiar interesse do Município, e especialmente :

I - dispor sôbre tributos municipais ;

II - votar o orçamento e a abertura de créditos adicionais ;

III - deliberar sôbre empréstimos e operações de créditos , bem como sôbre a forma e os meios de seu pagamento ;

IV - autorizar a concessão de uso de bens municipais e a alienação destes, quando imóveis ;

V - autorizar a concessão de serviços públicos ;

VI - autorizar a aquisição de propriedade imóvel, salvo quando se tratar de doação sem encargos ;

VII - criar, alterar e extinguir cargos públicos, fixando - lhes os vencimentos ;

VIII - aprovar o Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado ;

IX - aprovar convênios com o Estado, a União ou com outros Municípios.

§ 2º. - Compete privativamente à Câmara, entre outras, as seguintes atribuições ;

I - eleger a Mesa de dois em dois anos, bem como destituí-la, na forma deste Regimento ;

II - elaborar ou modificar o Regimento Interno ;

III - organizar a sua Secretaria, dispondo sôbre os seus servidores ;

IV - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, conhecer da sua renúncia e afastá-los definitivamente do exercício do cargo, nos têrmos da legislação pertinente;

V - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo e ao primeiro pa

ra ausentar-se do Município por mais de quinze (15) dias ;

VI - fixar antes das eleições, para vigorar na legislatura seguinte, os subsídios e a verba de representação do Prefeito e Presidente da Câmara e, se for o caso, a do Vice-Prefeito e subprefeitos;

VII - criar Comissões Especiais de Inquérito, por prazo certo e sobre fato determinado, que se inclua na competência Municipal, mediante requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros, observado o disposto no § 4º. do artigo 62 ;

VIII - solicitar informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração ;

IX - convocar o Prefeito, Secretários Municipais ou Diretores de Departamento para prestarem informações de sua competência ;

X - deliberar, mediante resolução, sobre assuntos de sua economia interna, e, por meio de decretos legislativos, nos demais casos de sua competência privativa ;

XI - julgar o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em Lei ;

XII - tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, exercendo a fiscalização financeira, a orçamentária externa, na forma da legislação federal e estadual pertinente ;

XIII - conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem a pessoas, mediante decreto legislativo, aprovado pelo voto de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara ;

XIV - requerer ao Governador, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, a intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição do Brasil (Constituição do Brasil, art. 15, § 3º.) ;

XV - apreciar os vetos do Prefeito, observando o disposto na lei estadual ;

XVI - sugerir ao Prefeito e aos governos de Estado e da União medidas convenientes aos interesses do Município ;

XVII - julgar os recursos administrativos dos atos do Presidente da Câmara.

## TÍTULO III
## Das Proposições
### CAPÍTULO I
### Das Proposições em geral

Art. 70. - Proposição é toda a matéria sujeita à deliberação do Plenário, devendo ser redigida com clareza e em termos explícitos e sintéticos, podendo consistir em Projeto de Resolução, de lei e decreto legislativo, indicações, moções, requerimentos, substitutivos, emendas, subemendas, pareceres e recursos.

Art. 71. - A Mesa deixará de aceitar qualquer proposição que :

I - versar sôbre assuntos alheios à competência da Câmara ;

II - delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo ;

III - faça referência a Lei, Decreto, Regulamento ou qualquer outro dispositivo legal, sem se fazer acompanhar de sua transcrição ;

IV - faça menção a cláusula de contratos ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso ;

V - seja redigida de modo que não se saiba, a simples leitura, qual a providência objetivada ;

VI - seja anti-regimental ;

VII - seja apresentada por Vereador ausente à Sessão ;

VIII - tenha sido rejeitada e novamente apresentada antes do prazo regimental disposto no art. 77.

Parágrafo único - Da decisão da Mesa caberá recurso ao Plenário, que deverá ser apresentado pelo autor e encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer será incluído na Ordem do Dia e apreciado pelo Plenário.

Art. 72. - Considerar-se-á autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário.

§ 1º - As assinaturas que se seguirem à do autor serão consideradas de apoiamento, implicando na concordância dos signatários com o mérito da proposição subscrita.

§ 2º. - As assinaturas de apoiamento não poderão ser retiradas após a entrega da proposição à Mesa.

Art. 73. - Os processos serão organizados pela Secretaria da Câmara, conforme o Regulamento baixado pela Presidência.

Art. 74. - Quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição, a Mesa fará reconstituir o respectivo processo, pelos meios ao seu alcance, e providenciará a sua tramitação.

Art. 75. - O autor poderá solicitar, em qualquer fase de elaboração legislativa, a retirada de sua proposição .

§ 1º. - Se a matéria ainda não recebeu parecer favorável de Comissão, nem foi submetida à deliberação do Plenário, compete ao Presidente deferir o pedido.

§ 2º. - Se a matéria já recebeu parecer favorável de Comissão ou já tiver sido submetida ao Plenário, a este compete a decisão.

Art. 76. - No início de cada legislatura a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, que estejam sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes.

§ 1º. - O disposto neste artigo não se aplica aos projetos de lei ou de resolução oriundos do Executivo, da Mesa ou de Comissão da Câmara, que deverão ser consultadas a respeito

§ 2º. - Cabe a qualquer Vereador, mediante requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento do projeto e o reinício da tramitação regimental.

Art. 77. - As proposições de iniciativa da Câmara, rejeitadas ou não sancionadas só poderão ser renovadas em outra sessão legislativa, salvo se reapresentadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

## CAPÍTULO II

### Dos Projetos em Geral

Art. 78. - Toda a matéria legislativa de competência da Câmara , será objeto de projeto de lei ; toda a matéria administrativa ou político-administrativa sujeita à deliberação da Câmara será objeto de projeto de resolução ou decreto legislativo.

§ 1º. - Constitui matéria de projeto de resolução :

I - destituição de membro da Mesa ;

II - julgamento dos recursos de sua competência ;

III - assuntos de economia interna da Câmara.-

§ 2º. - Constitui matéria de projeto de decreto legislativo :

I - fixação dos subsídios e verba de representação do Prefeito e, se for o caso, do Vice-Prefeito, subprefeitos e Vereadores ;

II - aprovação ou rejeição das contas do Prefeito e da Mesa ;

III - demais atos que independam da sanção do Prefeito.

Art. 79. - A iniciativa dos Projetos de lei cabe a qualquer Vereador e ao Prefeito, sendo privativa desta a Proposta Orçamentária e aqueles que disponham sôbre matéria financeira, criem cargos, funções ou empregos públicos, aumentem vencimento ou importem aumento de despesas ou diminuição da Receita.

Parágrafo único-Nos projetos referidos neste artigo não serão admitidas emendas que aumentem direta ou indiretamente a despesa proposta ou diminuam a receita, nem as que alterem a criação de cargos = ou funções.

Art. 80. - O Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sôbre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, deverão ser apreciados dentro de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento do projeto . Se o Prefeito julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação seja feita em 45 (quarenta e cinco) dias. Esgotados esses prazos' sem deliberação serão os Projetos considerados aprovados.

§ 1º. - Os prazos previstos neste artigo obedecerão às seguintes regras :

I - aplicam-se a todos os projetos de lei, qualquer que seja o "quorum" para a sua aprovação, ressalvado o disposto no ítem seguinte ;

II - não se aplicam aos projetos de codificação ;

III - não correm nos períodos de recesso da Câmara.

§ 2º. - Decorridos os prazos previstos neste artigo, sem deliberação da Câmara, ou rejeitado o projeto na forma regimental, o Presidente comunicará o fato ao Prefeito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de responsabilidade.

Art. 81. - Os projetos de lei, de decreto legislativo ou de reso

lução deverão ser :

I - precedidos de título enunciativo de seu objeto ;

II - escritos em dispositivos numerados, concisos, claros e concebidos nos mesmos termos em que tenham de ficar como lei, decreto legislativo ou resolução ;

III - assinados pelo seu autor .

§ 1º. - Nenhum dispositivo do projeto poderá conter matéria estranha ao objeto da proposição.

§ 2º. - Os projetos deverão vir acompanhados de motivação escrita.

Art. 82. - Lidos os projetos pelo Secretário, no Expediente, serão encaminhados às Comissões, que, por sua natureza, devam opinar sôbre o assunto.

Parágrafo único - Em caso de dúvida, consultará o Presidente sôbre quais Comissões devem ser ouvidas, podendo qualquer medida ser solicitada pelos Vereadores.

Art. 83. - Os projetos elaborados pelas Comissões Permanentes ou Especiais, em assuntos de sua competência, serão dados à Ordem do Dia da sessão seguinte, independentemente de parecer, salvo requerimento para ser ouvida outra Comissão, discutido e aprovado pelo Plenário.

Art. 84. - Os projetos de resolução de iniciativa da Mesa independem de pareceres, entrando para a Ordem do Dia da sessão seguinte à de sua apresentação.

## CAPÍTULO III

### Dos Projetos de Codificação

Art. 85. - Código é uma reunião de disposições legais sôbre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a metéria tratada.

Art. 86. - Consolidação é uma reunião de diversas leis em vigor sôbre o mesmo assunto, para sistematizá-las.

Art. 87. - Estatuto ou Regimento é o conjunto de normas disciplinares fundamentais que regem a atividade de um órgão ou entidade.

Art. 88. - Os projetos de código, consolidação e estatuto, depois de apresentados em Plenário, serão publicados, distribuídos por

cópias aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação.

§ 1º. - Durante o prazo de 30 (trinta) dias poderão os Vereadores encaminhar à Comissão emendas e sugestões a respeito.

§ 2º. - A Comissão terá mais trinta dias para exarar parecer, incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.

§ 3º. - Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar' o seu parecer, entrará o processo para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 89. - Na primeira discussão, o projeto será discutido e votado, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º. - Aprovado em primeira discussão, voltará o processo à Comissão por mais quinze (15) dias, para incorporação das emendas aprovadas.

§ 2º. - Ao atingir este estágio de discussão, seguir-se-á a tramitação normal dos demais projetos.

## CAPÍTULO IV
## Das Indicações.

Art. 90. - Indicação é a proposição em que o Vereador sugere medidas de interesse público aos poderes competentes.

Parágrafo único - Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos reservados por este Regimento para constituir objeto de requerimento.

Art. 91. - As indicações serão lidas no Expediente e encaminhadas a quem de direito, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º. - No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será discutido e votado na pauta da Ordem do Dia.

§ 2º. - Para emitir parecer, a Comissão terá prazo improrrogável de 6 (seis) dias.-

## CAPÍTULO V
## Das Moções

Art. 92. - Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação

da Câmara sôbre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solida - riedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando.

Art. 93. - Subscrita, no mínimo, por 1/3 (um têrço) dos Vereadores, a moção, depois de lida, será despachada à pauta da Ordem do Dia da sessão ordinária seguinte, independentemente de parecer de Comis - são, para ser apreciada em discussão e votação única.

Parágrafo único - Sempre que requerida por qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário, a moção será prèviamente apreciada pela Comissão competente.

## CAPÍTULO VI
## Dos Requerimentos

Art. 94. - Requerimento é todo o pedido verbal ou escrito feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio, sôbre qualquer assunto, por Vereador ou Comiasão.

Parágrafo único - Quanto à competência para decidí-los, os requerimentos são de duas espécies:

I - sujeitos apenas à soberana decisão do Presidente ;

II - sujeitos à deliberação do Plenário.

Art. 95. - Serão da alçada do Presidente e verbais os requerimentos que solicitem :

I - a palavra ou desistência dela ;

II - permissão para falar sentado ;

III - posse de Vereador ou suplente ;

IV - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenario;

V - observância de disposição regimental ;

VI - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito, ainda não submetido à deliberação do Plenário ;

VII - retirada pelo autor de proposição com parecer contrário ou sem parecer, ainda não submetida à delibereação do Plenário ;

VIII - verificação de votação ou de presença ;

IX - informação sôbre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia ;

X - requisição de documentos, processos, livros ou publicação existentes na Câmara sôbre a proposição em discussão ;

XI - preenchimento de lugar em Comissão ;

XII - justificativa de voto.

Art. 96. - Serão da alçada do Presidente e escritos os requerimentos que solicitem :

I - renúncia de membro da Mesa ;

II - audiência de Comissão, quando apresentado por outra;

III - designação de Comissão Especial para relatar parecer no caso previsto no artigo 56, § 4º. ;

IV - juntada e desentranhamento de documentos ;

V - informações em caráter oficial sôbre os atos da Mesa ou da Câmara ;

VI - votos de pesar por falecimento.

Art. 97. - Informando a Secretaria haver pedido anterior, formulado pelo mesmo Vereador, sôbre o mesmo assunto e já respondido, fica a Presidência desobrigada de fornecer novamente a providência solicitada.

Art. 98. - Serão da alçada do Plenário, verbais, e votados sem preceder discussão e sem encaminhamento de votação, os requerimentos que solicitem :

I - prorrogação da sessão, de acordo com o art. 116 ;

II - destaque de matéria para votação ;

III - votação por determinado processo ;

IV - encerramento de discussão, nos têrmos do art. 156.

Art. 99. - Serão da alçada do Plenário, escritos, discutidos e votados os requerimentos que solicitem :

I - votos de louvor ou congratulações ;

II - audiência de Comissão sôbre assuntos em pauta ;

III - inserção de documentos em ata ;

IV - preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão ;

V - retirada de proposições já submetidas a discussão pelo Plenário ;

VI - informações solicitadas ao Prefeito ou por seu intermédio ;

VII - informações solicitadas a outras entidades públicas ou particulares ;

VIII - convocação do Prefeito para prestar informações em Plenário ;

IX - constituição de Comissões Especiais ou de Representação.

§ 1º. - Estes requerimentos devem ser apresentados no Expediente da sessão, lidos e encaminhados para as providências solicitadas, se nenhum Vereador manifestar intenção de discutí-los ; manifestando qualquer Vereador intenção de discutí-los, serão os requerimentos encaminhados à Ordem do Dia da sessão seguinte, salvo se se tratar de requerimentos em regime de urgência, que será encaminhado à Ordem do Dia da mesma sessão.

§ 2º. - A discussão do requerimento de urgência proceder-se-á na Ordem do Dia da mesma sessão, cabendo ao proponente e aos líderes partidários 5 (cinco) minutos para manifestar os motivos da urgência ou sua improcedência.

§ 3º. - Aprovada a urgência, a discussão e votação serão realizadas imediatamente.

§ 4º. - Denegada a urgência, passará o requerimento para a Ordem do Dia da sessão seguinte, juntamente com os requerimentos comuns.

§ 5º. - Os requerimentos de que tratam os incisos II, IV e V deste artigo, serão tornados sem efeitos pelo propositor ou pelo Presidente, sempre que tenham perdido a oportunidade, não se considerando rejeitados.

§ 6º. - O requerimento que solicitar inserção em Ata de documentos não oficiais não será discutido e sòmente será aprovado por 2/3 (dois têrços) dos Vereadores presentes.

Art. 100. - Durante a discussão da pauta da Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido e que estarão sujeitos à deliberação do Plenário , sem preceder discussão, admitindo-se, entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes de representações partidárias.

Art. 101. - Os requerimentos ou petições de interessados não Vg

readores, desde que não se refiram a assuntos estranhos às atribui - ções da Câmara e que estejam redigidos em termos adequados, serão li dos no Expediente e encaminhados pelo Presidente ao Prefeito ou às Comissões. Caso contrário, cabe ao Presidente mandar arquivá-los.

Art. 102. - As representações de outras Edilidades, solicitando a manifestação da Câmara sôbre qualquer assunto, serão lidas no Expedi- ente e encaminhadas às Comissões competentes, salvo requerimento de urgência apresentado na forma regimental, cuja deliberação se fará na Ordem do Dia da mesma sessão, na forma determinada no art. 99, § 2º.

Parágrafo único - O parecer da Comissão será votado na Ordem do Dia da sessão em cuja pauta for incluído o processo.

## CAPÍTULO VII.

### Dos Substitutivos e das Eme ndas

Art. 103. - Substitutivo é o projeto apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sôbre o mesmo assun- to.

Parágrafo único - Não é permitido ao Vereador apresentar subs titutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 104. - Emenda é a correção apresentada a um dispositivo de projeto de lei ou de resolução.

Art. 105. - As emendas podem ser supressivas, substitutivas, adi tivas e modificativas.

§ 1º. - Emenda supressiva é a que manda suprimir, em parte ou no todo, o artigo do projeto.

§ 2º. - Emenda substitutiva é a que deve ser colocada em lu gar do artigo.

§ 3º. - Emenda aditiva é a que deve ser acrescentada aos ter mos do artigo.

§ 4º. - Emenda modificativa é a que se refere apenas à Reda ção do artigo, sem alterar a sua substância.

Art. 106. - A emenda apresentada a outra emenda, denomina - se subemenda.

Art. 107. - Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemen - das que não tenham relação direta ou imediata com a matéria da pro posição principal.

§ 1º. - O autor do projeto que receber substitutivo ou emenda estranhos ao seu objeto terá o direito de reclamar contra a sua admissão, competindo ao Presidente decidir sôbre a reclamação.

§ 2º. - Da decisão do Presidente caberá recurso ao Plenário, a ser proposto pelo autor do projeto ou do substitutivo ou emenda.

§ 3º. - As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto serão destacadas para constituirem projetos autônomos, sujeitos à tramitação regimental.

## TÍTULO IV
## Das Sessões
### CAPÍTULO I
### Da Sessão de Instalação

Art. 108. - A Câmara Municipal instalar-se-á no 1º. dia de cada legislatura, em sessão solene, que se iniciará às 15,00 (quinze) horas, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, que designará um de seus pares para secretariar os trabalhos.

§ 1º. - Os Vereadores presentes, legalmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso, feita pelo Presidente, nos seguintes termos :

"Prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem geral do Município".

§ 2º. - O Presidente convidará o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e diplomados a prestar o mesmo compromisso e os declarará empossados.

§ 3º. - Na hipótese de não se verificar no dia previsto neste artigo, deverá ela ocorrer dentro do prazo de 10 (dez) dias. Enquanto não ocorrer a posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara.

Art. 109. - Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais idoso dentre os presentes, para o fim especial de eleger os membros da Mesa.

### CAPÍTULO II
### Das Sessões em Geral

Art. 110. - As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias e solenes ou comemorativas, e serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada pela maioria absoluta da Câmara, quando ocorrer motivo reelevante.

Art. 111. - As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente, todas as sextas-feiras (6a.) com início às 20,30 horas.

Parágrafo único - Ocorrendo feriado ou ponto facultativo, realizar-se-ão no primeiro dia útil imediato.

Art. 112. - Será considerado recesso legislativo, os períodos de 1º, a 31 de julho e de 20 de dezembro a 20 de janeiro de cada ano.

§ 1º. - O recesso legislativo será suspenso quando coincidir com o início do 1º. ano ou com o término do último ano de cada legislatura.

§ 2º. - Nos períodos de recesso legislativo a Câmara só poderá reunir-se em sessão extraordinária, por :

I - convocação do Prefeito ;

II - casos de calamidade pública ou ocorrência que exija a convocação.

Art. 113. - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Prefeito, pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, a requerimento de 1/3 (um têrço) de seus membros, justificado o motivo.

§ 1º. - O Presidente convocará a sessão, de ofício, nos casos previstos neste Regimento.

§ 2º. - As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, podendo também ser realizada nos domingos e feriados.

§ 3º. - Serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, salvo caso de extrema urgência comprovada.

§ 4º. - Sòmente será considerado motivo de extrema urgência a discussão de matéria cujo adiamento torne inútil a deliberação ou importe em grave prejuízo à coletividade.

§ 5º. - Os Vereadores deverão ser convocados por escrito, e quando houver, pela imprensa e rádio oficiais.

§ 6º. - Para a pauta da Ordem do Dia da sessão deverão os assuntos ser predeterminados no ato da convocação, não podendo ser tratados assuntos estranhos.

§ 7º. - O tempo do Expediente será reservado exclusivamente à discussão e votação da Ata, da matéria recebida do Prefeito e de Diversos.

§ 8º. - O Prefeito poderá convocar os Vereadores para as sessões extraordinárias de sua iniciativa, quando nessa providência for omissa a Mesa da Câmara.

Art. 114. - As Sessões solenes ou comemorativas serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara, para o fim específico que lhes for determinado.

Parágrafo único - Estas sessões poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara e não haverá Expediente, sendo dispensada a leitura da Ata e a verificação de presença, não havendo tempo determinado para encerramento.

Art. 115. - Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara, facilitando-se o trabalho da imprensa, publicando-se a pauta e o resumo dos trabalhos no jornal oficial, ficando, entretanto, proibida a irradiação direta dos seus debates.

§ 1º. - Jornal oficial da Câmara é o que vencer a licitação para divulgação dos atos oficiais do Legislativo.

§ 2º. - Emissora oficial da Câmara é a que vencer a licitação para divulgação das matérias do Legislativo.

Art. 116. - Excetuadas as solenes, as sessões terão a duração máxima de 4 (quatro) horas, com a interrupção de 15 (quinze) minutos entre o final do Expediente e o início da Ordem do Dia, podendo ser prorrogadas por iniciativa do Presidente ou a pedido verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º. - O pedido de prorrogação será para tempo determinado ou para terminar a discussão de proposição em debate, não podendo ser discutido ou encaminhado à votação.

§ 2º. - O prazo mínimo de pedido de prorrogação é de 10 (dez) minutos.

§ 3º. - Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação dos trabalhos, será votado o que determinar menor prazo. Quando os pedidos simultâneos de prorrogação forem para os prazos determinados e para terminar a discussão, serão votados os de prazo determinado.

§ 4º. - Poderão ser solicitadas outras prorrogações, mas sempre por prazo igual ou menor ao que já foi concedido.

§ 5º. - Os requerimentos de prorrogação sOmente poderão ser

apresentados a partir de 10 (dez) minutos antes do término da Ordem do Dia e, nas prorrogações concedidas, a partir de cinco minutos antes de esgotar-se o prazo prorrogado, alertado o Plenário pelo Presidente.

Art. 117. - As sessões compõe-se de duas partes : Expediente e Ordem do Dia.

Parágrafo único - Não havendo matéria sujeita à deliberação do Plenário na Ordem do Dia, poderão os Vereadores falar em Explicação Pessoal.

Art. 118. - À hora de início dos trabalhos, por determinação do Presidente, o Secretário da Câmara fará a chamada dos Vereadores, confrontando com o Livro de Presença.

§ 1º. - A chamada dos Vereadores se fará pela ordem das assinaturas apostas no Livro de Presença.

§ 2º. - Verificada a presença de 1/3 (um têrço) dos membros das Câmara, o Presidente abrirá a sessão. Caso contrário, aguardará durante 20 (vinte) minutos. Persistindo a falta de "quorum" a sessão não será aberta, lavrando-se termo de ocorrência, que não dependerá de aprovação.

§ 3º. - Não havendo número para deliberação, o Presidente, depois de terminados os debates da matéria constante da Ordem do Dia , declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura da Ata da sessão.

Art. 119. - Durante as sessões sòmente os Vereadores poderão permanecer no recinto do Plenário.

§ 1º. - A critério do Presidente, serão convocados os funcionários da Secretaria necessários ao andamento dos trabalhos.

§ 2º. - A convite do Presidente, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades públicas federais, estaduais ou municipais, personalidades que se resolva homenagear e representantes credenciados da imprensa e do rádio, que terão lugar reservado para esse fim.

## CAPÍTULO III

## Das Sessões Secretas

Art. 120. - A Câmara realizará sessões secretas por deliberação tomada pela maioria absoluta, quando ocorrer motivo relevante.

§ 1º. - Deliberada a sessão secreta, ainda que para realizá-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto a todos os assistentes, assim como aos funcionários da Câmara e aos representantes da imprensa e do rádio ; determinará, também, que se interrompa a gravação não autorizada dos trabalhos..

§ 2º. - Iniciada a sessão secreta, a Câmara deliberará, preliminarmente, se o objeto proposto deva continuar a ser tratado secretamente, caso contrário a sessão tornar-se-á pública.

§ 3º. - A Ata será lavrada pelo Secretário e, lida e aprovada na mesma sessão, será lacrada e arquivada, com rótulo datado e rubricado pela Mesa.

§ 4º. - As Atas assim lacradas só poderão ser reabertas para exame em sessão secreta, sob pena de responsabilidade civil e criminal.

§ 5º. - Será permitido ao Vereador que houver participado dos debates reduzir seu discurso a escrito, para ser arquivado com a Ata e os documentos referentes à sessão.

§ 6º. - A sessão secreta poderá ser totalmente gravada, ficando, neste caso, a fita de gravação, arquivada lacrada, juntamente com a Ata.

§ 7º. - Antes de encerrada a sessão, a Câmara resolverá, após discussão, se a matéria debatida deverá ser publicada, no todo ou em parte.

## CAPÍTULO IV
## Do Expediente

Art. 121. - O Expediente terá a duração máxima, improrrogável, de uma hora e meia, a partir da hora fixada para o início da sessão, e se destina à aprovação da Ata da sessão anterior, à leitura resumida de matéria oriunda do Executivo ou de outras origens e à apresentação de proposições pelos Vereadores.

Art. 122. - Aprovada a Ata, o Presidente determinará ao Secretário a leitura da matéria do Expediente, obedecendo à seguinte ordem :

I - expediente recebido do Prefeito ;

II - expediente recebido de diversos ;

III - expediente apresentado pelos Vereadores.

§ 1º. - As proposições dos Vereadores deverão ser encaminhadas, até a hora da Sessão, ao Diretor da Secretaria da Câmara e por êle serão recebidas, rubricadas e numeradas, para entrega ao Presidente no início da sessão.

§ 2º. - Na leitura dessas proposições, obedecer-se-á à seguinte ordem :

I - projetos de resolução ;

II - projetos de decreto legislativo ;

III - projetos de lei ;

IV - requerimentos em regime de urgência ;

V - requerimentos comuns ;

VI - moções ;

VII - indicações.

§ 3º. - Encerrada a leitura das proposições, nenhuma matéria poderá ser apresentada, ressalvado o caso de extrema urgência, reconhecida pelo Plenário, verificado o disposto no art. 113, § 4º.

§ 4º. - Dos documentos apresentados no Expediente, serão dadas cópias, quando solicitadas pelos interessados.

§ 5º. - As proposições apresentadas seguirão as normas dos capítulos seguintes sôbre a matéria.

Art. 123. - Terminada a leitura da matéria em pauta, o Presidente verificará o tempo restante do Expediente, que deverá ser dividido em duas partes iguais, dedicadas, respecticamente, ao Pequeno e ao Grande Expediente.

§ 1º. - As inscrições dos oradores para o Expediente serão feitas em livro especial, de próprio punho ou pelo 1º. Secretário.

§ 2º. - O Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for concedida a palavra, perderá a vez e só poderá inscrever-se novamente em último lugar na lista organizada.

Art. 124. - Durante o Pequeno Expediente os Vereadores inscritos em lista especial terão a palavra pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, para breves comunicações ou comentários sôbre a matéria apresentada.

§ 1º. - No Pequeno Expediente, enquanto o orador inscrito estiver na tribuna, nenhum Vereador poderá pedir a palavra "pela ordem", a não ser para comunicar ao Presidente que o orador ultrapassou o prazo regimental que lhe foi concedido.

§ 2º. - O tempo restante do Pequeno Expediente, será incorporado ao Grande Expediente.

Art. 125. - No Grande Expediente, os Vereadores inscritos em lista própria terão à palavra pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, para tratar de assuntos de interêsse público.

Parágrafo único - Ao orador que for interrompido pelo encerramento da hora do Expediente, será assegurado o direito ao uso da palavra em primeiro lugar na sessão seguinte, para completar o tempo concedido na sessão anterior.

## CAPÍTULO V
## Da Ordem do Dia

Art. 126. - Findo o Expediente, por se ter esgotado o tempo ou por falta de oradores, e decorrido o intervalo regimental, tratar-se-á da matéria destinada à Ordem do Dia.

§ 1º. - Será realizada a verificação de presença e a Sessão somente prosseguirá se estiver presente a maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º. - Não se verificando o "quorum" regimental, o Presidente aguardará 5 (cinco) minutos, antes de declarar encerrada a Sessão.

Art. 127. - Nenhuma proposição poderá ser posta em discussão sem que tenha sido incluída na Ordem do Dia, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas do início da Sessão.

§ 1º. - A Secretaria fornecerá aos Vereadores cópias das proposições e pareceres, dentro do interstício estabelecido neste artigo.

§ 2º. - Não se aplicam as disposições deste artigo e do parágrafo anterior, às Sessões extraordinárias convocadas em regime de extrema urgência, e os requerimento a que se refere a ressalva contida no § 1º. do art. 99 deste Regimento.

Art. 128. - O Secretário lerá a matéria que se houver de discutir e votar, podendo a leitura ser dispensada a requerimento verbal de

qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

Art. 129. - A votação da matéria proposta será feita na forma determinada no Capítulo deste Regimento referente ao assunto.

Art. 130. - A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte classificação :

I - projeto de lei de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitado urgência ;

II - requerimentos apresentados nas sessões anteriores ou na própria sessão em regime de urgência ;

III - projetos de lei de iniciativa do Prefeito, sem a solicitação de urgência ;

IV - projetos de resolução, de decreto legislativo e de lei ;

V - recursos ;

VI - requerimentos apresentados nas sessões anteriores ou na própria sessão ;

VII - moções apresentadas pelos Vereadores na sessão anterior ;

VIII - pareceres das Comissões sôbre indicações ;

IX - moções de outras edilidades.

Parágrafo único - Na inclusão de projetos na Ordem do Dia, observar-se-á a ordem de estágio da discussão : Redação Final, Segunda e Primeira discussão.

Art. 131. - A disposição da matéria da Ordem do Dia só poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas, solicitadas por requerimento apresentado no início da Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário.

Art. 132. - Esgotada a Ordem do Dia, o Presidente anunciará, em termos gerais, a Ordem do Dia da sessão seguinte, concedendo, em seguida, a palavra em Explicação Pessoal.

Art. 133. - A Explicação Pessoal é destinada à manifestação de Vereadores sôbre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.

§ 1º. - A inscrição para falar em Explicação Pessoal será feita em livro próprio e o Presidente dará a palavra aos Vereadores pela ordem cronológica de inscrição.

§ 2º. - Não pode o orador desviar-se da finalidade da Explicação pessoal, nem ser aparteado ; em caso de infração, será o infrator advertido pelo Presidente e terá a palavra cassada.

Art. 134. - Não havendo mais oradores para falar em Explicação Pessoal, o Presidente declarará encerrada a sessão.

Art. 135. - A requerimento subscrito, no mínimo, por 1/3 (um têrço) dos Vereadores, ou de ofício pela Mesa, poderá ser convocada sessão extraordinária para a apreciação do remanescente de sessão ordinária.

## CAPÍTULO VI

### Das Atas

Art. 136. - De cada sessão da Câmara lavrar-se-á Ata dos trabalhos, contendo suscintamente os assuntos tratados, afim de ser submetida ao Plenário.

§ 1º. - As proposições e documentos apresentados em sessão serão indicados apenas com a declaração do objeto a que se referirem , salvo requerimento de transcrição integral aprovado pela Câmara.

§ 2º. - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito e em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente, que não poderá negá-la.

Art. 137. - A Ata da sessão anterior ficará à disposição dos Vereadoresdores para a verificação 8 (oito) horas antes do início da sessão ; ao iniciar-se a sessão com número regimental, o Presidente submeterá a Ata à discussão e votação.

§ 1º. - Qualquer Vereador poderá requerer a leitura da Ata no todo ou em parte ; a aprovação do requerimento só poderá ser feita por 2/3 (dois têrços) dos Vereadores presentes.

§ 2º. - Cada Vereador poderá falar uma vez sôbre a Ata para pedir a sua retificação ou impugná-la

§ 3º. - Feita a impugnação ou solicitada a retificação da Ata, o Plenário deliberará a respeito ; aceita a impugnação, será a mesma retificada, ou lavrada uma nova ata, quando for o caso.

§ 4º. - Aprovada, a Ata será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

Art. 138. - A Ata da última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação, com qualquer número, antes de encerrar-

se a sessão.

## TÍTULO V
## Dos Debates e Deliberações
### CAPÍTULO I
### Do Uso da Palavra

Art. 139. - Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo aos Vereadores atender as seguintes determinações regimentais quanto ao uso da palavra :

I - exceto ao Presidente, deverão falar em pé, salvo quando enfermo, solicitar autorização para falar sentado ;

II - dirigir-se sempre ao Presidente ou à Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte ;

III - não usar a palavra sem a solicitar, e sem receber consentimento do Presidente ;

IV - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento de Senhor ou Vossa Excelência.

Art. 140. - O Vereador só poderá falar :

I - para apresentar retificação ou impugnação da Ata ;

II - no Expediente, quando inscrito na forma regimental ;

III - para discutir matéria em debate ;

IV - para apartear, na forma regimental ;

V - para levantar questão de ordem ;

VI - para encaminhar a votação, nos termos do art. 170 ;

VII - para justificar a urgência de requerimento, nos termos do art. 99, § 2º. ;

VIII - para justificar o seu voto ;

IX - para Explicação Pessoal, nos termos do art. 133 ;

X - para apresentar requerimento, nas formas dos arts. 95 e 98.

Art. 141. - O Vereador que solicitar a palavra deverá, inicialmente, declarar a que título do artigo anterior pede a palavra, e não poderá :

I - usar a palavra com finalidade diferente da alegada para a solicitar ;

II - desviar-se da matéria em debate ;

III - falar sôbre matéria vencida ;

IV - usar de linguagem imprópria ;

V - ultrapassar o tempo que lhe competir ;

VI - deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 142. - O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso nos seguintes casos :

I - para leitura de requerimento de urgência ;

II - para comunicação importante à Câmara ;

III - para recepção dos visitantes ;

IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

V - para atender a pedido de palavra "pela ordem", para propor questão de ordem regimental,

Art. 143. - Quando mais de um Vereador solicitar a palavra, simultaneamente, o Presidente a concederá obedecendo a seguinte ordem de preferência :

I - ao autor ;

II - ao Relator ;

III - ao autor da emenda.

Parágrafo único - Cumpre ao Presidente dar a palavra alternadamente a quem seja pró ou contra a matéria em debate, quando não prevalecer a ordem determinada no artigo.

Art. 144. - Aparte é a interrupção do orador para indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

§ 1º. - O aparte deve ser expresso em termos corteses e não pode exceder de 1 (um) minuto.

§ 2º. - Não são permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença expressa do orador.

§ 3º. - Não é permitido apartear ao Presidente nem ao orador que fala "pela ordem", em Explicação Pessoal, para encaminhamento de votação ou declaração de voto.

§ 4º. - O aparteante deve permanecer em pé enquanto aparteia e ouve a resposta do aparteado.

§ 5º. - Quando o orador nega o direito de apartear, não lhe é permitido dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

Art. 145. - O Regimento estabelece os seguintes prazos aos orado

res para o uso da palavra :

I - 5 (cinco) minutos para apresentar retificação ou impugnação da Ata ;

II - 5 (cinco) minutos para falar no Pequeno Expediente ;

III - 30 (trinta) minutos para falar no Grande Expediente ;

IV - 5 (cinco) minutos para a exposição de urgência especial de requerimento ;

V - 30 (trinta) minutos para debate de projeto a ser votado englobadamente, em primeira discussão : 10 (dez) minutos, no máximo, para cada dispositivo, sem que seja superado o limite de 30 (trinta) minutos, para debate de projeto a ser votado artigo por artigo ;

VI - 60 (sessenta) minutos para a discusesão do Projeto englobado um segunda discussão ;

VII - 45 (quarenta e cinco) minutos para a discussão única dos projetos de iniciativa do Prefeito, para os quais tenha sido solicitado urgência ;

VIII - 60 (sessenta) minutos para a discussão única de veto aposto pelo Prefeito ;

IX - 5 (cinco) minutos para a discussão de Redação Final ;

X - 10 (dez) minutos para a discussão de requerimento, moção ou indicação sujeitos à debate ;

XI - 3 (três) minutos para falar "pela ordem" ;

XII - 1 (um) minuto para apartear ;

XIII - 5 (cinco) minutos para encaminhamento de votação ;

XIV - 2 (dois) minutos para justificação de voto ;

XV - 10 (dez) minutos para falar em Explicação Pessoal.

Parágrafo único - Não prevalecem os prazos estabelecidos neste artigo, quando o Regimento explìcitamente assim o determinar.

Art. 146. - Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§ 1º. - As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§ 2º. - Não observando o proponente o disposto neste artigo, poderá o Presidente cassar-lhe a palavra e não tomar em consideração a questão levantada.

Art. 147. - Cabe ao Presidente resolver soberanamente as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou critica-la na sessão em que for requerida.

Parágrafo único - Cabe ao Vereador recurso da decisão que será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, cujo parecer será submetido ao Plenário.

Art. 148. - Em qualquer fase da sessão poderá o Vereador pedir a palavra "pela ordem", para fazer reclamações quanto à aplicação do Regimento.

## CAPÍTULO II
## Das Discussões

Art. 149. - Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.

§ 1º. - Os projetos de lei e de resoluções deverão ser submetidos, obrigatòriamente, a duas discussões e redação final.

§ 2º. - Terão apenas uma discussão :

I - os projetos de decreto legislativo ;

II - a apreciação de veto pelo Plenário ;

III - os recursos contra os atos do Presidente ;

IV - os requerimentos, moções e indicações sujeitos a debates, de acordo com os artigos 99, 93, parágrafo único e 91, § 1º., deste Regimento.

§ 3º. - havendo mais de uma proposição sôbre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Art. 150. - Na primeira discussão, debater-se-á cada artigo do projeto separadamente.

§ 1º. - Nesta fase da discussão é permitida a apresentação de substitutivos, emendas e subemendas.

§ 2º. - Apresentado o substitutivo pela Comissão competente ou pelo próprio autor, será discutido preferencialmente em lugar do projeto ; sendo o substitutivo apresentado por outro Vereador, o Plenário deliberará sôbre a suspensão da discussão para o envio à Comissão competente.

§ 3º. - Deliberando o Plenário o prosseguimento da discussão, ficará prejudicado o substitutivo.

§ 4º. - As emendas e subemendas serão aceitas, discutidas e, se aprovadas, o projeto, com as emendas, serão encaminhadas à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para ser de novo redigido conforme o aprovado.

§ 5º. - A emenda rejeitada em primeira discussão não poderá ser renovada na segunda.

§ 6º. - A requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário, poderá o Projeto ser discutido englobadamente.

Art. 151. - Na segunda discussão, debater-se-á o projeto englobadamente.

§ 1º. - Nesta fase da discussão é permitida a apresentação de emendas ou subemendas, não podendo ser apresentados substitutivos.

§ 2º. - Se houver emendas aprovadas, o projeto, com as emendas, será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para redigí-los na devida forma.

§ 3º. - Não é permitida a realização de segunda discussão de um projeto na mesma sessão em que se realizou a primeira.

Art. 152. - A urgência dispensa as exigências regimentais, salvo a de número legal e a de parecer, para que determinada proposição seja apreciada.

§ 1º. - O parecer poderá ser dispensado no caso de sessão extraordinária convocada por motivo de extrema urgência (art. 113, § 4º., do Regimento).

§ 2º. - A concessão da urgência dependerá de apresentação de requerimento escrito, que sòmente será submetido à apreciação do Plenário se for apresentado com a necessária justificativa e nos seguintes casos :

I - pela Mesa, em proposição de sua autoria ;

II - por Comissão, em assunto de sua especialidade ;

III - por 1/3 (um têrço) dos Vereadores.

Art. 153. - Preferência é a primazia na discussão de uma proposição sôbre outras, requerida por escrito e aprovada pelo Plenário.

Art. 154. - O adiamento da discussão de qualquer proposição será sujeito à deliberação do Plenário e sòmente poderá ser proposto durante a discussão da mesma.

§ 1º. - A apresentação do requerimento não pode interromper o orador que estiver com a palavra e deve ser proposta para tempo detar

minado, não podendo ser aceita se a proposição tiver sido declarada em regime de urgência.

§ 2º. - Apresentados dois ou mais requerimentos de adiamento, será votado de preferência o que marcar menor prazo.

Art. 155. - O pedido de vista para estudo será requerido por qualquer Vereador e deliberado pelo Plenário apenas com encaminhamento de votação, desde que a proposição não tenha sido declarada em regime de urgência.

Parágrafo único - O prazo máximo de vista é de 10 (dez) dias.

Art. 156. - O encerramento da discussão de qualquer proposição dar-se-á pela ausência dos oradores, pelo decurso dos prazos regimentais ou por requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 1º. - Somente será permitido requerer o encerramento da discussão, após terem falado dois Vereadores favoráveis e dois contrários, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

§ 2º. - A proposta deverá partir do orador que estiver com a palavra, perdendo ele a vez de falar se o encerramento for recusado.

§ 3º. - O pedido de encerramento não é sujeito à discussão, devendo ser votado pelo Plenário.

## CAPÍTULO III
## Das Votações.

Art. 157. - As deliberações, excetuados os casos previstos na Constituição do Brasil e na legislação federal e estadual competente, serão tomadas por maioria simples de votos, presente, pelo menos, a maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 158. - Depende do voto favorável de 2/3 (dois têrços) dos Vereadores presentes :

I - a rejeição do veto do Prefeito ;

II - a rejeição da solicitação de licença do cargo de Vereador ;

III - a solicitação de leitura da Ata ou trecho dela ;

IV - revogação ou modificação de lei que exija esse "quorum", ou cujo projeto o exigiu para aprovação.

Art. 159. - Depende de voto favorável de, no mínimo, 2 /3 (dois têrços) dos membros da Câmara, a autorização para :

I - outorgar a concessão de serviços públicos ;

II - outorgar o direito real de concessão de uso de bens imóveis ;

III - alienar bens imóveis ;

IV - adquirir bens imóveis por doação com encargos ;

V - alterar a denominação de vias e logradouros públicos;

VI - aprovar a lei do Plano Municipal de Desenvolvimento Integrado ;

VII - contrair empréstimo de particular ;

VIII - conceder título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria, mediante decreto legislativo ;

IX - requerer ao Governador a intervenção no Município, nos casos previstos na Constituição do Brasil ;

X - o Prefeito requerer a alteração do nome do Município.

Parágrafo único - Depende ainda do mesmo "quorum" estabelecido neste artigo a declaração de afastamento definitivo do cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, ou Vereador julgado de acordo com o art. 17 deste Regimento.

Art. 160. - Dependem de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara a aprovação e as alterações das seguintes normas :

I - Regimento Interno da Câmara ;

II - Código de Obras ;

III - Estatuto dos Servidores Municipais ;

IV - Código Tributário do Município ;

V - Código Administrativo.

Parágrafo único - Exigirá, também, maioria absoluta dos membros da Câmara :

I - a aprovação de projetos de resolução para criação de cargos na Câmara (Constituição do Brasil, art. 108, § 1º.) ;

II - a deliberação para reunir-se em sessão e votação secretas ;

III - a aprovação de requerimentos que solicitem dispensa de parecer das Comissões.

Art. 161. - Os processos de votação são 3 (três) : simbólico, nominal e secreto.

Art. 162. - O processo simbólico praticar-se-á conservando-se sen

tados os Vereadores que aprovam e levantando-se os que desaprovam a proposição.

§ 1º. - Ao anunciar o resultado da votação o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoràvelmente e em contrário.

§ 2º. - Havendo dúvida sôbre o resultado, o Presidente poderá pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º. - O processo simbólico será regra geral para as votações, sòmente sendo abandonado por disposição legal ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§ 4º. - Do resultado de votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal.

Art. 163. - A votação nominal será feita pela chamada dos presentes pelo Secretário, devendo os Vereadores responder SIM ou NÃO, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

Parágrafo único - O Presidente proclamará o resultado, mandando ler os nomes dos Vereadores que tenham votado SIM e dos que tenham votado NÃO.

Art. 164. - Nas deliberações da Câmara, o voto será público, salvo decisão contrária da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º. - Será obrigatòriamente público, o voto nos seguintes casos :

I - eleição da Mesa ;

II - deliberação sôbre as contas do Prefeito e da Mesa ;

III - julgamento do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

§ 2º. - Será obrigatòriamente secreto o voto na apreciação do veto pelo Plenário.

Art. 165. - Havendo empate nas votações simbólicas ou nominais, serão elas desempatadas pelo Presidente. Havendo empate nas votações secretas, ficará a matéria para ser decidida na sessão seguinte, reputando-se rejeitada a proposição, se persistir o empate.

Art. 166. - As votações devem ser feitas logo após o encerramento da discussão, só interrompendo-se por falta de número.

Parágrafo único - Quando esgotar-se o tempo regimental da sessão e a discussão de uma proposição já estiver encerrada, considerar-se-á a sessão prorrogada até ser concluída a votação da matéria.

Art. 167. - Na primeira discussão a votação será feita artigo por artigo, ainda que o projeto tenha sido discutido englobadamente.

Parágrafo único - A votação será feita após o encerramento da discussão de cada artigo.

Art. 168. - Na segunda discussão, a votação será feita sempre en globadamente, salvo quanto às emendas que serão votadas uma a uma.

Art. 169. - Terão preferências para votação as emendas supressi - vas e as emendas e substitutivos oriundos das Comissões.

Parágrafo único - Apresentadas duas ou mais emendas sôbre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferên - cia para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem preceder discussão.

Art. 170. - Anunciada uma votação, poderá o Vereador pedir a pa lavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita à discussão, a menos que o Regimento explìcitamente o proíba (ver arti- go 140, ítem VI).

## CAPÍTULO IV

## Da Redação Final

Art. 171. - Terminada a fase de votação, será o projeto, com as emendas aprovadas, enviado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação para elaborar a redação final, de acor_do com o deliberado, dentro do prazo de 3 (três) dias.

Parágrafo único - Independe de parecer da Comissão de Redação os projetos :

I - da lei orçamentária ;

II - de decreto legislativo ;

III - de resolução reformando o Regimento Interno.

Art. 172. - O projeto com o parecer da Comissão ficará pelo prazo de 3 (três) dias na Secretaria da Câmara, para exame dos Vereadores.

Art. 173. - Assinalada incoerência ou contradição na redação, po derá ser apresentada na sessão imediata, por 1/3 (um têrço) dos Verea dores, no mínimo, emenda modificativa, que não altere a substân - cia do aprovado.

Parágrafo único - A emenda será votada na mesma sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa.

Art. 174. - Terminada a fase de votação, estando para esgotar-se os prazos previstos por este Regimento e pela legislação competente, para a tramitação dos projetos na Câmara, a redação final será feita

na mesma sessão pela Comissão, com a maioria dos seus membros, devendo o Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausentes do Plenário os titulares. Caberá, neste caso, sòmente à Mesa, a retificação da redação se for assinalada incoerência ou contradição.

## CAPÍTULO V

### Da Sanção, do Veto e da Promulgação

Art. 175. - Aprovado um projeto de lei na forma regimental será ele, no prazo de 3 (três) dias, enviado ao Prefeito que, no prazo de 10 (dez) dias, deverá sancioná-lo e promulgá-lo.

§ 1º. - As leis já sancionadas serão registradas em livro próprio e arquivadas na Secretaria da Câmara.

§ 2º. - Decorrido o prazo sem manifestação do Prefeito, considerar-se-á sancionado o projeto, sendo obrigatória a sua imediata promulgação pelo Presidente da Câmara, sob pena de responsabilidade.

Art. 176. - Se o Prefeito considerar o projeto inconstitucional, ilegal ou contrário ao interêsse público, poderá vetá-lo dentro do prazo especificado no artigo anterior.

§ 1º. - O veto, obrigatòriamente justificado, poderá ser total ou parcial.

§ 2º. - Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que poderá solicitar a audiência de outras Comissões.

§ 3º. - As Comissões tem o prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias para a manifestação.

§ 4º. - Se a Comissão de Legislação, Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata, independente de parecer.

§ 5º. - A Mesa convocará, de ofício, sessão extraordinária, sem remuneração, para discutir o veto, se no período determinado pelo artigo 178 não se realizar sessão ordinária.

Art. 177. - A apreciação do veto será feita em uma única discussão e votação; a discussão se fará englobadamente e a votação poderá ser feita por partes, se requerida e aprovada pelo Plenário.

Art. 178. - A apreciação do veto pelo Plenário, deverá ser feita dentro de 20 (vinte) dias de seu recebimento pela Câmara, considerán-

do-se acolhido o veto que não for apreciado nesse prazo.

Art. 179. - Rejeitado o veto, as disposições aprovadas serão promulgadas pelo Presidente da Câmara, dentro de 10 (dez) dias, com o mesmo número da lei municipal a que pertencem, entrando em vigor na data em que forem publicadas.

Art. 180. - As resoluções e os decretos legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

Art. 181. - A fórmula para a promulgação de lei, resolução ou decreto legislativo pelo Presidente da Câmara é a seguinte :

"O Presidente da Câmara Municipal de Toledo - Estado do Paraná,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a (o) seguinte ..... (lei, resolução ou decreto legislativo)"

## TÍTULO VI

## Do Controle Financeiro

### CAPÍTULO I

### Do Orçamento.

Art. 182. - Recebido do Prefeito o projeto de lei orçamentária, dentro do prazo legal, o Presidente mandará distribuir cópias aos Vereadores, enviando-as à Comissão de Finanças e Orçamentos.

Parágrafo único - A Comissão de Finanças e Orçamentos tem o prazo de 10 (dez) dias para exarar parecer.

Art. 183. - Na primeira discussão serão apresentadas emendas pelos Vereadores presentes à sessão, datilografadas, observado o disposto no art. 65, § 1º., da Constituição do Brasil.

§ 1º. - Na primeira discussão os autores de emendas podem falar 10 (dez) minutos sôbre cada emenda para justificá-la, nunca superando o prazo total de 60 (sessenta) minutos.

§ 2º. - As emendas recebidas, juntamente com o projeto de lei orçamentária, serão encaminhadas na mesma sessão, à Comissão de Finanças e Orçamentos para, no prazo de 10 (dez) dias, exarar seu parecer sôbre as emendas.

§ 3º. - Oferecido o parecer, será publicado e distribuído por cópias aos Vereadores, entrando o projeto para a Ordem do Dia da sessão imediatamente seguinte.

Art. 184. - Na segunda discussão, serão votadas, após o encerra-

mento da discuesão, primeiramente as emendas, uma a uma, e depois o projeto.

§ 1º. - Poderá cada Vereador falar nesta fase de discussão 60 (sessenta) minutos sôbre o projeto em globo e 10 (dez) minutos sôbre cada emenda, nunca superando o prazo total de 60 (sessenta) minutos.

§ 2º. - Terão preferência na discussão o autor da emenda e o Relator.

Art. 185. - Aprovado o projeto com as emendas, voltará à Comissão de Finanças e Orçamentos, que terá o prazo de 5 (cinco) dias para colocá-las na devida forma.

Art. 186. - As sessões em que se discute o orçamento terão a Ordem do Dia reservada a esta matéria e o Expediente ficará reduzido a 30 (trinta) minutos.

§ 1º. - Tanto em primeira como em segunda discussão, o Presidente, de ofício, prorrogará as sessões até a discussão e votação da matéria.

§ 2º. - A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, sem remuneração, de modo que o orçamento seja discutido e votado dentro do prazo legal (até 30 de novembro).

Art. 187. - Não serão objeto de deliberação emendas ao projeto de lei do orçamento de que decorra :

I - aumento da despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa ou as que visem modificar o seu montante, natureza e objetivo (Constituição do Brasil, art. 65, § 1º.) ;

II - alteração da dotação solicitada para as despesas de custeio, salvo quando provada, neste ponto, a inexatidão da proposta ;

III - conceder dotação para início de obra cujo projeto não esteja aprovado pelos órgãos competentes ;

IV - conceder dotação para instalação ou funcionamento de serviço que não esteja anteriormente criado ;

V - conceder dotação superior aos quantitativos que estiverem previamente fixados para a concessão de auxílios e subvenções ;

VI - diminuição da receita ou alteração da criação de cargos e funções.

Art. 188. - Se, até o dia 15 (quinze) de dezembro, a Câmara não devolver o projeto de lei orçamentária ao Prefeito, para sanção, será promulgado, como lei, o projeto originário do Executivo.

Parágrafo único - Se o Prefeito usar do direito do veto, total ou parcial, a discussão e a votação do veto seguirão as normas prescritas no Capítulo V do Título V deste Regimento.

## CAPÍTULO II

### Da Tomada de Contas do Prefeito e da Mesa

Art. 189. - O controle financeiro externo será exercido pela Câmara Municipal, com auxílio do Tribunal de Contas competente, ou órgão estadual a que for atribuída essa incumbência, compreendendo o acompanhamento e a fiscalização da execução orçamentária, e a apreciação e julgamento das contas do exercício financeiro apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara.

Art. 190. - A Mesa da Câmara e o Prefeito encaminharão suas contas anuais, ao Tribunal de Contas ou órgão competente, até o dia 31 (trinta e um) de março, do exercício seguinte.

Parágrafo único - O Tribunal de Contas dará o Parecer prévio, devendo concluir pela aprovação ou rejeição.

Art. 191. - Recebidos os processos do Tribunal da Contas, a Mesa, independente da leitura dos pareceres em Plenário, os mandará publicar, distribuindo cópia aos Vereadores e enviando os processos à Comissão de Finanças e Orçamentos.

§ 1º. - A Comissão de Finanças e Orçamentos, no prazo improrrogável de 12 (doze) dias, apreciará os pareceres do Tribunal de Contas, através de projeto de decreto legislativo, dispondo sôbre sua aprovação ou rejeição, nos termos da Constituição do Brasil, art. 16, § 2º.

§ 2º. - Se a Comissão não exarar os pareceres no prazo indicado, os processos serão encaminhados à pauta da Ordem do Dia, sòmente com os pareceres do Tribunal de Contas.

Art. 192. - Exarados os pareceres pela Comissão, ou após a decorrência do prazo do artigo anterior, a matéria será distribuída aos Vereadores e os processos serão incluídos na pauta da Ordem do Dia da sessão imediata.

Parágrafo único - As sessões em que se discutem as contas, terão o Expediente reduzido a 30 (trinta) minutos.

Art. 193. - Para emitir o seu parecer a Comissão de Finanças e Orçamentos poderá vistoriar as obras e serviços, examinar processos, documentos e papéis nas repartições da Prefeitura ; poderá, também, solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito, para aclarar partes obscuras.

Art. 194. - Cabe a qualquer Vereador o direito de acompanhar os estudos da Comissão de Finanças e Orçamentos, no período em que o processo estiver entregue à mesma.

Art. 195. - As contas serão submetidas a uma única discussão, após a qual se procederá, imediatamente, a votação.

Art. 196. - Rejeitadas as contas, serão imediatamentte remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

Art. 197. - A Câmara funcionará, se necessário, em sessões extraordinárias, sem remuneração, de modo que as contas possam ser tomadas e julgadas dentro do prazo legal.

## TÍTULO VII
## Disposições Gerais
### CAPÍTULO I
### Dos Recursos

Art. 198. - Os recursos contra atos do Presidente, serão interpostos dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência, por simples petição a ele dirigida.

§ 1º. - O recurso será encaminhado à Comissão de Legislação , Justiça e Redação, para opinar e elaborar projeto de resolução.

§ 2º. - Apresentado o parecer, com o projeto de resolução, acolhendo ou denegando o recurso, será o mesmo submetido à uma única discussão e votação na Ordem do Dia da primeira sessão, ordinária ou extraordinária, à realizar-se.

### CAPÍTULO II
### Das Informações e da Convocação do Prefeito

Art. 199. - Compete à Câmara solicitar ao Prefeito quaisquer informações sôbre assuntos referentes à administração municipal.

Parágrafo único - As informações serão solicitadas por requerimento, proposto por qualquer Vereador e sujeito às normas expostas em Capítulo próprio.

Art. 200 - Aprovado o pedido de informações pela Câmara, será encaminhado ao Prefeito, que tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, para prestar informações.

Parágrafo único - Pode o Prefeito solicitar à Câmara prorrogação do prazo, sendo o pedido sujeito à aprovação do Plenário.

Art. 201. - Os pedidos de informações podem ser reiterados, se não satisfizerem ao autor, mediante novo requerimento, que deverá seguir a tramitação regimental.

Art. 202. - Compete, ainda, à Câmara convocar o Prefeito, os Secretários Municipais, Diretores de Departamento, para prestar informações sôbre assuntos de sua competência administrativa, mediante ofício enviado pelo Presidente, em nome da Câmara.

Parágrafo único - A convocação deverá ser atendida no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 203. - A convocação deverá ser requerida, por escrito, por qualquer Vereador ou Comissão, devendo ser discutida e aprovada pelo Plenário.

§ 1º. - O requerimento deverá indicar explicitamente o motivo da convocação e as questões que serão propostas ao Prefeito.

§ 2 º.- Aprovada a convocação, o Presidente-se-á com o Prefeito, a fim de fixar dia e hora para o seu comparecimento, dando-lhe ciência da matéria sôbre a qual versará a interpretação.

Art. 204. - O Prefeito poderá, expontâneamente, comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos, após entendimento com o Presidente, que designará dia e hora para a recepção.

Art. 205. - Na sessão a que comparecer, o Prefeito terá lugar à direita do Presidente e fará, inicialmente, uma exposição sôbre as questões que lhe forem propostas, apresentando, a seguir, esclarecimentos complementares solicitados por qualquer Vereador, na forma regimental.

§ 1º. - Não é permitido aos Vereadores apartear a exposição do Prefeito, nem levantar questões estranhas ao assunto da convocação.

§ 2º. - O Prefeito poderá fazer-se acompanhar de funcionários municipais, que o assessorem nas informações ; o Prefeito e seus assessores estarão sujeitos, durante a sessão, às normas deste Regimento.

## CAPÍTULO III
### Da Interpretação e da Reforma do Regimento

Art. 206. - Qualquer projeto de resolução modificando o Regimento Interno, depois de lido em Plenário, será encaminhado à Mesa para opinar.

§ 1º. - A Mesa tem o prazo de 10 (dez) dias para exarar parecer,

§ 2º. - Dispensam-se desta tramitação os projetos oriundos da própria Mesa.

§ 3º. - Após esta medida preliminar, seguirá o projeto de resolução a tramitação normal dos demais processos.

Art. 207. - Os casos não previstos neste Regimento, serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedente regimental.

Art. 208. - As interpretações do Regimento, feitas pelo Presidente, em assunto controverso, também constituirão precedente, desde que a Presidência assim o declare, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 209. - Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação na solução de casos análogos.

Parágrafo único - Ao final de cada ano legislativo, a Mesa fará a consolidação de tôdas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais adotados, publicando-os em separata.

## TÍTULO VIII
### Disposições Finais e Transitórias

Art. 210. - Nos dias de sessão, deverão estar hasteadas no Edifício e na Sala das Sessões, as bandeiras do Brasil, do Estado e do Município.

Art. 211. - Os prazos previstos neste Regimento quando não se men

cionar expressamente dias úteis, serão contados em dias corridos e não correrão durante os períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo único - Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil.

Art. 212. - Fica mantido, na sessão legislativa em curso, o número vigente de membros das Comissões Permanentes.

Art. 213. - Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.-

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Toledo, aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de 1.972.-

Dr. José Ivo Alves da Rocha
Presidente da Comissão Especial.

Henrique Rossoni
Relator da Comissão Especial.

Irineu Agnes
Membro

Executiva, para os devidos
PARECERES.-

Gabinete da Presidência, em
25-08-72

Dr. José Ivo Alves da Rocha
Presidente.

Aprovado em 1ª Discussão
por unanimidade
Sala das Sessões 15/09/1972

PRESIDENTE

Aprovado em 2ª Discussão
por unanimidade
Sala das Sessões 22/09/1972

PRESIDENTE

A REDAÇÃO FINAL
Sala das Sessões 22/09/1972

PRESIDENTE

APROVADO EM REDAÇÃO FINAL
POR unanimidade
SALA DAS SESSÕES 29/09/1972

PRESIDENTE

# ÍNDICE GERAL


TÍTULO I - Da Câmara Municipal..... 01
CAPÍTULO I - Disposições preliminares..... 01
CAPÍTULO II - Dos Vereadores..... 03
SEÇÃO I - Do Exercício do Mandato..... 03
SEÇÃO II - Da Perda do Mandato..... 06
CAPÍTULO III - Dos Serviços Administrativos da Câmara... 10
TÍTULO II - Dos Órgãos da Câmara..... 10
CAPÍTULO I - Da Mesa..... 11
SEÇÃO I - Composição e Atribuições..... 11
SEÇÃO II - Do Presidente..... 13
SEÇÃO III - Do Secretário..... 17
CAPÍTULO II - Das Comissões..... 18
CAPÍTULO III - Do Plenário..... 24
TÍTULO III - Das Proposições..... 27
CAPÍTULO I - Das Proposições em Geral..... 27
CAPÍTULO II - Dos Projetos em Geral..... 28
CAPÍTULO III - Dos Projetos de Codificação..... 30
CAPÍTULO IV - Das Indicações..... 31
CAPÍTULO V - Das Moções..... 31
CAPÍTULO VI - Dos Requerimentos..... 32
CAPÍTULO VII - Dos Substitutivos e das Emendas..... 35
TÍTULO IV - Das Sessões..... 36
CAPÍTULO I - Da Sessão de Instalação..... 36
CAPÍTULO II - Das Sessões em Geral..... 36
CAPÍTULO III - Das Sessões Secretas..... 39
CAPÍTULO IV - Do Expediente..... 40
CAPÍTULO V - Da Ordem do Dia..... 42
CAPÍTULO VI - Das Atas..... 44
TÍTULO V - Dos Debates e Deliberação..... 45
CAPÍTULO I - Do Uso da Palavra..... 45
CAPÍTULO II - Das Discussões..... 48

CAPÍTULO III - Das Votações..... 50
CAPÍTULO IV - Da Redação Final..... 53
CAPÍTULO V - Da Sanção, do Veto e da Promulgação..... 54
TÍTULO VI - Do Controle Financeiro..... 55
CAPÍTULO I - Do Orçamento..... 55
CAPÍTULO II - Da Tomada de Contas do Prefeito e da Mesa 57
TÍTULO VII - Disposições Gerais..... 58
CAPÍTULO I - Dos Recursos..... 58
CAPÍTULO II - Das Informações e da Convocação do Prefeito.....58
CAPÍTULO III - Da Interpretação e da Reforma do Regimento..... 60
TÍTULO VIII - Disposições Finais e Transitórias..... 60

.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

Este Regimento foi elaborado pela Comissão Especial nomeada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Toledo, conforme consta da Ata nº. 24/71 da sessão de 27 de agosto de 1.971, composta dos seguintes Vereadores :

DR. JOSÉ IVO ALVES DA ROCHA - Presidente

HENRIQUE ROSSONI - Relator

IRINEU ANGNES - Membro.-

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA

Lido em 13.09.72

# P A R E C E R

## Nº. 42/72.-

Aos doze dias do mês de setembro do ano de 1.972, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Toledo, Estado do Paraná, reuniram-se os membros da Comissão Executiva, nobres Vereadores Dr. José Ivo Alves da Rocha (Presidente) e Walmir Grabde (1º. Secretário), a fim de apreciar, estudar e emitir parecer sobre o Projeto de Resolução nº. 01/72, de autoria da Comissão Especial nomeada pelo Presidente do Legislativo em data de 27 de agosto de 1.971, conforme consta da Ata nº. 24/72, composta pelos Srs. Vereadores Dr. José Ivo Alves da Rocha (Presidente), Henrique Rossoni (Relator) e Irineu Angnes (membro), que dispõe sobre o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Toledo, Estado do Paraná.-

Após acurados estudos, prolataram o seguinte

P-A-R-E-C-E-R :

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Toledo, instituído pela Resolução nº. 1/66, de 20 de maio de 1.966, mercê das modificações introduzidas pela nova estrutura administrativa, já não se adapta mais com o novo contexto' dado aos serviços administrativos.

Era necessário, tendo em vista também a' sua compatibilidade e atualização com a nova legislação do Governo Revolucionário, a elaboração de um Novo Regimento.

Tendo em vista o exposto, nobres Vereadores, apelamos mais uma vez para o espírito de compreensão dos nobres Componentes desta Egrégia Casa de Leis, no sentido de que seja aprovado o Projeto de Resolução nº. 01/72, em sua íntegra.-

É o Parecer, salvo melhor juízo.-

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Toledo, em 12-09-72.-

Dr. José Ivo Alves da Rocha
Presidente

Walmir Grande
1º. Secretário

Aprovado em única Discussão
por unanimidade
Sala das Sessões 15/09/1972.-
PRESIDENTE

# Í N D I C E


| | | | Página |
|---|---|---|---|
| TÍTULO | I | - DA CÂMARA MUNICIPAL | |
| CAPÍTULO | I | - Disposições Preliminares..... | 01 |
| CAPÍTULO | II | - Da Sessão de Instalação..... | 02 |
| CAPÍTULO | III | - Do Presidente ..... | 05 |
| CAPÍTULO | IV | - Dos Secretários ..... | 08 |
| CAPÍTULO | V | - Do Plenário ..... | 09 |
| CAPÍTULO | VI | - Das Comissões ..... | 11 |
| CAPÍTULO | VII | - Da Secretaria da Câmara ..... | 18 |
| TÍTULO | II | - DOS VEREADORES | |
| CAPÍTULO | I | - Do Exercício do Mandato ..... | 19 |
| CAPÍTULO | II | - Da Remuneração, Da Licença e da Substituição . | 23 |
| TÍTULO | III | - DAS SESSÕES | |
| CAPÍTULO | I | - Das Sessões em Geral ..... | 24 |
| CAPÍTULO | II | - Das Sessões Públicas ..... | 25 |
| CAPÍTULO | III | - Das Sessões Secretas ..... | 26 |
| CAPÍTULO | IV | - Das Atas ..... | 27 |
| CAPÍTULO | V | - Do Expediente ..... | 28 |
| CAPÍTULO | VI | - Da Ordem do Dia ..... | 29 |
| TÍTULO | IV | - DAS PROPOSIÇÕES | |
| CAPÍTULO | I | - Das Proposições Em Geral ..... | 31 |
| CAPÍTULO | II | - Dos Projetos ..... | 33 |
| CAPÍTULO | III | - Das Indicações ..... | 35 |
| CAPÍTULO | IV | - Dos Requerimentos ..... | 36 |
| CAPÍTULO | V | - Das Moções ..... | 39 |
| CAPÍTULO | VI | - Dos Substitutivos, Emendas e Subemendas ..... | 39 |
| TÍTULO | V | - DOS DEBATES E DELIBERAÇÕES | |
| CAPÍTULO | I | - Das Discussões ..... | 40 |
| CAPÍTULO | II | - Da Votação ..... | 45 |
| CAPÍTULO | III | - Da Questão de Ordem ..... | 48 |
| CAPÍTULO | IV | - Da Redação Final ..... | 49 |
| TÍTULO | VI | - DOS CÓDIGOS, CONSOLIDAÇÕES E ESTATUTOS..... | 50 |
| TÍTULO | VII | - DO ORÇAMENTO ..... | 51 |
| TÍTULO | VIII | - DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO ..... | 52 |
| TÍTULO | IX | - DOS RECURSOS ..... | 53 |
| TÍTULO | X | - DA REFORMA DO REGIMENTO ..... | 54 |
| TÍTULO | XI | - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO ..... | 54 |
| TÍTULO | XII | - DAS INFORMAÇÕES ..... | 55 |
| TÍTULO | XIII | - DA POLÍCIA INTERNA ..... | 56 |
| TÍTULO | XIV | - DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ..... | 57 |